



RELATÓRIO DE GESTÃO

2019-2022

DEFENSORIA FORTE, MODERNA E EFICIENTE

*RELATÓRIO
DE GESTÃO*

2019-2022

DEFENSORIA FORTE, MODERNA E EFICIENTE



EXPEDIENTE

Defensor Público-Geral do Estado
Clodoaldo Aparecido Gonçalves de Queiroz

1º Subdefensor Público-Geral do Estado
Rogério Borges Freitas

2ª Subdefensora Pública-Geral do Estado
Gisele Chimatti Berna

Secretária Executiva de Administração
Maria Luziane Ribeiro de Castro

Organização
Patrício Alves Costa

Textos e Revisão
Alexandre Guimarães

Edição e Fotos
Bruno Cidade

Produção
Assessoria de Imprensa e Comunicação Institucional

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	06
DEFENSORIA FORTE	09
Posse popular	10
Marca inédita de 202 membros	12
Realização do VI concurso para defensor	15
Mais de 8 mil candidatos realizam concurso para servidor	17
Deputados aprovam e governador sanciona novo plano de carreira dos servidores	18
Marco de valorização da maternidade / Auxílio-saúde aprovado para membros	20
Investimento na contratação de estagiários de pós-graduação	21
Programa de teletrabalho incorporado em definitivo	22
Atuação inédita estratégica junto aos Tribunais Superiores	23
Criação do Núcleo do Júri da Capital	24
Central de arrecadação recolhe mais de R\$ 3 mi em honorários sucumbenciais	25
Conselho Superior - mais produtividade e transparência	27
Encontro das Defensoras e dos Defensores Públicos	28
Expansão – Defensoria chega a 80% das comarcas de MT	30
DEFENSORIA MODERNA	41
Defensoria inicia 2022 de “cara nova”	43
Instruções Normativas modernizam e aprimoram controle interno	44
Maior presença nas mídias sociais	45
Atendimento online criado como alternativa na pandemia	46
Implantação do número único de WhatsApp via Chatbot	47
Revolução tecnológica	49
Implantação do Solar – atendimento em tempo real	52
Política de Privacidade e Proteção de Dados Pessoais	54
Publicação da primeira Doutrina de Inteligência Defensorial do mundo	55
DEFENSORIA EFICIENTE	57
Programa Nacional de Prevenção à Corrupção	58
Selo socioambiental do Ministério do Meio Ambiente	59
Reserva de vagas para negros e índios em concursos	60
Primeiro recadastramento funcional de membros e servidores	61
Defensoria recebe selo ouro de combate ao racismo	62
Contratação e reinserção social de reeducandos da Fundação Nova Chance	64
Alerta 180 – Projeto-piloto de monitoramento do sistema carcerário	65
Recorde histórico de atendimentos na pandemia	66
A história do sr. Francisco - dívida perdoada e repercussão nacional	69
Convênios e termos de cooperação	70
Auxílio no cadastro da vacinação contra Covid	72
Gaedics	75
Mutirões Prisionais	85
1º Mutirão de Retificação do Registro Civil de Pessoas Trans	88
Van dos Direitos viabiliza atendimento itinerante	90
Araguaia e Ribeirinho Cidadão	93
Defensoria Até Você	97

APRESENTAÇÃO

Era o ano de 2018 quando eu, após escolhido por um grupo formado por vários defensores e defensoras públicas para apresentar aos membros da Defensoria Pública do Estado de Mato Grosso uma nova proposta de gestão institucional, me lancei candidato ao cargo de Defensor Público-Geral do Estado.

Ao final daquele ano, fui o mais votado na eleição interna e encabecei a lista tríplice que fora encaminhada ao Governador do Estado, tendo sido, em seguida, nomeado para o cargo.



Junto com a minha equipe, eu tinha, portanto, um plano, um programa de gestão que havia sido concebido a várias mãos, e esperava trabalhar muito para implementá-lo conforme havia me comprometido com a classe que me elegeu.



Mas, os nossos planos nem sempre são os planos de Deus, e as coisas seguiram um caminho diferente.

Algumas situações imprevisíveis e que,

portanto, não constavam em nosso planejamento, surgiram em nosso caminho, e fizeram com que tivéssemos que, rapidamente, nos adaptar e mudar os nossos planos.

Duas situações foram especialmente impactantes.



A primeira foi o imenso déficit orçamentário que nós herdamos assim que assumimos a gestão, em janeiro de 2019. Recebemos a Defensoria com uma despesa obrigatória anual de R\$ 107,5 milhões na folha, mas o orçamento disponível era de apenas R\$ 94 milhões. Só havia recursos suficientes para pagar todas as contas até o mês de setembro.

A outra grande surpresa foi a pandemia da Covid-19, que, além das centenas de milhares de vidas que foram ceifadas, ainda trouxe transtornos administrativos de várias ordens, para os quais não havia manual sobre como lidar com eles.



Assim, a nossa gestão enfrentou dificuldades como nenhuma outra, e os desafios para a realização de uma administração exitosa se tornaram muito mais difíceis de serem superados.

Por conta disso, os planos iniciais precisaram ser alterados, e tivemos que reinventar as estratégias que havíamos traçado.

Foi nesse contexto que desenvolvemos nosso trabalho. E trabalhamos muito, dia e noite, sete dias por semana. E o trabalho começou a produzir frutos.



Ainda no ano de 2019, com o mesmo orçamento que a Instituição já possuía em 2018, mas com uma despesa ainda maior, já conseguimos implementar várias das metas que a classe ansiava havia muito tempo, como a realização de processos de promoção que estavam pendentes por muitos anos, a regularização das lotações dos membros da Instituição, a abertura de processos de remoção para os locais em que já havia vagas, e a mudança estrutural dos Núcleos que estavam em situação absolutamente precária e sem nenhuma condição de trabalho.

Esse êxito inicial nos deu mais ânimo para continuar trabalhando arduamente e, nos anos seguintes, muitas outras conquistas institucionais e classistas foram alcançadas. Conseguimos aumentar o orçamento da Instituição significativamente, ano após ano, como nunca havia sido conseguido antes. Isso propiciou melhorias remuneratórias de



CLODOALDO QUEIROZ
defensor público-geral de Mato Grosso

várias ordens, para membros, servidores e estagiários, bem como melhoria nas condições estruturais de todos os Núcleos do Estado. Todos os móveis e equipamentos de informática foram substituídos, e o acesso à internet passou para outro padrão.

Enfim, apesar das dificuldades, foram inúmeras as conquistas, e as mais importantes estão apresentadas neste relatório de gestão, que engloba os dois mandatos em que gerimos a Defensoria Pública, nos anos de 2019 a 2022.

Através dele, é possível ver que entregamos tudo o que nos propusemos, e ainda avançamos para conquistas que nem constavam em nosso projeto inicial. A Defensoria Pública que entregamos é Forte, Moderna e Eficiente.

DO ESTADO DE



DEFENSORIA FORTE

Posse popular

Marca inédita de 202 membros

Realização do VI concurso para defensor

Mais de 8 mil candidatos realizam concurso para servidor

Deputados aprovam e governador sanciona novo plano de carreira dos servidores

Marco de valorização da maternidade / Auxílio-saúde aprovado para membros

Investimento na contratação de estagiários de pós-graduação

Programa de teletrabalho incorporado em definitivo

Atuação inédita estratégica junto aos Tribunais Superiores

Criação do Núcleo do Júri da Capital

Central de arrecadação recolhe mais de R\$ 3 mi em honorários sucumbenciais

Conselho Superior - mais produtividade e transparência

Encontro das Defensoras e dos Defensores Públicos

Expansão – Defensoria chega a 80% das comarcas de MT



PRIMEIRA POSSE POPULAR DA HISTÓRIA REFORÇA QUE DEFENSORES DEVEM ESTAR AO LADO DO POVO

Beco do Candeeiro, onde três adolescentes em situação de rua foram executados, a tiros, na década de 1990. Esse foi o cenário da primeira posse popular de membros da Defensoria Pública de Mato Grosso da história.

A escolha do local do evento foi simbólica, relembrando a chacina, que ficou impune, e reforçando a importância da atuação da Defensoria junto à população vulnerável, que mais precisa de apoio.

“Um dos motivos de organizarmos este ato simbólico de empossar quatro novos defensores públicos, no Beco do Candeeiro, é mostrar que a Defensoria Pública de Mato Grosso tem lado. E o nosso lado é o lado do povo. A Defensoria estará onde o povo estiver”, afirmou na ocasião o defensor-geral, Clodoaldo Queiroz.

“**A Defensoria Pública de Mato Grosso tem lado. E o nosso lado é o lado do povo. A Defensoria estará onde o povo estiver.**”
Clodoaldo Queiroz, defensor-geral

A posse no beco ilustrou a importância da proximidade entre o defensor e o usuário dos serviços, os cidadãos carentes, os pobres, aqueles que vivem em situação de extrema vulnerabilidade social, que buscam – e encontram – na Defensoria o amparo judicial, extrajudicial e, sobretudo, humano, para ajudá-los a ter uma vida mais digna.

Foi nesse contexto que os novos integrantes do órgão – Tainah de Oliveira, Murillo Britto, Amanda Dias e Marília Martins – foram apresentados à população, em outubro de 2019, com a presença de movimentos populares, profissionais que desenvolvem projetos com populações vulneráveis e catadores de materiais recicláveis, além do deputado estadual Valdir Barranco.



DEFENSORIA ATINGIU MARCA INÉDITA DE 202 MEMBROS



Com a posse de nove novos defensores, em abril de 2021, a Defensoria Pública de Mato Grosso alcançou um quadro de 202 membros, marca inédita na história do órgão, que passou a funcionar efetivamente em fevereiro de 1999, quando entraram em exercício os primeiros 24 defensores públicos estaduais.

No ano passado, foram empossados André Luciano Barbosa, Daniel Bezerra de Oliveira, Hevellin Lyra Nazario de Figueiredo, João Tomaz Neto, Julio Meirelles Carvalho, Marcelo Fernandes De Nardi, Marcos Guimarães da Mata Machado, Renato Henrique Ferrarezi e Thiago Alexander Amaral e Silva.

A cerimônia de posse, no auditório Defensora Rejane Iara Snidarsis, na sede do órgão, em Cuiabá, foi marcada pela emoção e pelo compromisso com as pessoas socialmente vulneráveis de Mato Grosso. O evento, realizado de forma híbrida (presencial e remota), foi transmitido, ao vivo, pelo canal da DPMT no YouTube.

Em 2020, seis novos defensores públicos estaduais tomaram posse – quatro no dia 20 de março, em cerimônia restrita aos defensores, membros da Administração Superior e poucos convidados.

Bruno Cury de Moraes, Marcelo Pompeo Pimenta Negri, Rodrigo dos Anjos Barroso Mattos e Thiago Queiroz de Brito foram nomeados para repor a saída de três profissionais e o falecimento da defensora Rejane Masini, em fevereiro.

Logo em seguida, no dia 27, foi a vez de

André De Santi e José Ribeiro da Silva Neto tomarem posse, também em cerimônia restrita por conta da pandemia, na sede da DPMT.

No total, a atual gestão empossou 18 novos defensores públicos entre 2019 e 2021, nomeando todos os candidatos aprovados no quinto e último concurso da Defensoria, homologado em dezembro de 2016, que ofertou 19 vagas para defensor público e classificou 57 candidatos.

Válido por dois anos e prorrogado por mais dois, o certame continuou vigente até o fim de 2021, por conta da suspensão da validade dos concursos em todo o país devido à pandemia de Covid.

Segundo a Gestão Funcional, a Defensoria conta atualmente com 193 defensores públicos na ativa. Com isso, ainda faltam 62 profissionais para completar o número de vagas efetivas (255) em todo o estado.

Diante desse cenário, a Administração Superior acelerou a organização do VI concurso público para seleção de defensores de primeira classe, que já está em andamento (a prova objetiva foi aplicada no dia 9 de outubro deste ano), ofertando 20 vagas imediatas, além da formação do cadastro de reserva.

Presente hoje em 63 das 79 comarcas de Mato Grosso (80%), a Defensoria segue em plena expansão, superando os obstáculos para pintar o mapa de verde e atingir o objetivo de atender toda a população vulnerável do estado.







Assinatura do contrato com a banca organizadora – Fundação Carlos Chagas (FCC)



Candidatos realizaram a prova objetiva no dia 8 de outubro



Membros da Comissão do Concurso da Defensoria fiscalizaram a aplicação do exame

APÓS 6 ANOS, DPMT REALIZA VI CONCURSO PARA DEFENSOR VISANDO EXPANSÃO PARA TODO O ESTADO

A prova objetiva do VI concurso para defensor público de Mato Grosso ocorreu no dia 9 de outubro, com 3.212 candidatos inscritos para o certame, organizado pela Fundação Carlos Chagas (FCC).

Os candidatos concorrem a 20 vagas imediatas, além da formação do cadastro de reserva. O quinto e último concurso para selecionar membros foi realizado em 2016, ofertando 19 vagas para a carreira de defensor público.

As provas escritas específicas do concurso vigente serão nos dias 14 e 15 de janeiro de 2023.

Posteriormente, em data ainda a ser definida, será realizada a prova oral e, finalmente, a última etapa, a prova de títulos, essas duas últimas fases conduzidas pela Comissão do Concurso da Defensoria Pública, formada por defensores e membros da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB-MT).

A secretária executiva e integrante da Comissão Organizadora do Concurso, Luziane Castro, avalia a execução do certame como mais um dos sonhos do órgão que, agora, é materializado.

“A realização desse VI Concurso para defensores públicos é mais uma grande vitória para a nossa Instituição. Além de proporcionar o respeito à diversidade, como também de uma parcela do público vulnerável, o concurso possibilitará a tão sonhada expansão da Defensoria Pública”, declarou.

Ela acrescenta: “Nosso objetivo é, literalmente, pintar o mapa do estado de Mato Grosso de verde, fazendo com que toda a população vulnerável do Estado seja atendida pela Defensoria, cumprindo assim, nosso mandamento constitucional e levando o Estado, finalmente, a cumprir a Emenda 80/2014.”

O regulamento do concurso, com a definição dos membros titulares e suplentes

da comissão, foi publicado em novembro de 2021 no Diário Oficial do Estado.

A comissão é formada pelos membros titulares: Clodoaldo Queiroz (presidente), Luziane Castro, Leonardo Jacometti de Oliveira, Saulo Castrillon e Renan Vilela (representante da OAB-MT); e pelos suplentes: Regiane Dias Ribeiro e Kamila Teishmann (representante da OAB-MT).

Em maio deste ano, a comissão do concurso definiu a Fundação Carlos Chagas (FCC) como banca organizadora.

O edital foi publicado em julho, ofertando 20 vagas imediatas para defensores de 1ª classe, além da formação do cadastro de reserva. As inscrições foram abertas de 11 de julho a 12 de agosto.

Das vagas ofertadas, 20% foram reservadas aos negros e quilombolas, 10% aos deficientes e 5% aos indígenas. Pela primeira vez, a seleção da DPMT permitiu o uso do nome social na prova aos candidatos transgêneros. O salário inicial para defensor público de primeira classe é de R\$ 24.895,43.

CRONOGRAMA

14 E 15/01/2023

REALIZAÇÃO DAS
PROVAS ESPECÍFICAS

09/10/2022

REALIZAÇÃO DA
PROVA OBJETIVA

12/08/2022

ENCERRAMENTO
DAS INSCRIÇÕES

22/06/2021

COMISSÃO FORMADA



MAIS DE 8 MIL CANDIDATOS REALIZAM 2º CONCURSO DA HISTÓRIA PARA SERVIDOR



Site do IBFC com todas as informações sobre o concurso

No dia 25 de setembro deste ano, 8.144 candidatos realizaram as provas do concurso público para provimento de 28 cargos de apoio administrativo da Defensoria Pública – nove vagas de técnico administrativo (nível médio), 18 vagas para analista de sistemas e uma vaga para controlador interno (nível superior), além da formação do cadastro de reserva para diversos cargos.

Segundo o Instituto Brasileiro de Formação e Capacitação (IBFC), banca organizadora do concurso, 14.036 candidatos se inscreveram para o certame, sendo que 5.892 faltaram no dia da prova, cerca de 42% do total.

O gabarito preliminar das provas, assim como o caderno de questões, foram divulgados no site do IBFC na manhã do dia seguinte (26).

Segundo a Gestão Funcional, atualmente a Defensoria Pública conta com apenas 97 servidores efetivos. Esse é o segundo concurso da história do órgão para seleção de servidores – o primeiro ocorreu em 2015, ofertando 109 vagas, 80 para técnicos de nível

médio e 29 para analistas de nível superior.

O objetivo é atender o crescente volume de trabalho na Instituição, em virtude da expansão da DPMT e do aumento da demanda pelos serviços do órgão por parte da população socialmente mais vulnerável, decorrente principalmente da crise econômica e sanitária provocada pela pandemia.

CRONOGRAMA

26/09/2022

PUBLICAÇÃO DO GABARITO PRELIMINAR

25/09/2022

REALIZAÇÃO DAS PROVAS

19/09/2022

CONVOCAÇÃO PARA AS PROVAS

31/08/2022

DIVULGAÇÃO DA RELAÇÃO DE INSCRITOS NO CONCURSO

20/06 A 25/07/2022

PERÍODO DE INSCRIÇÕES

03/06/2022

EDITAL PUBLICADO

22/03/2022

BANCA DEFINIDA

01/09/2019

COMISSÃO DESIGNADA ALTERADA

28/11/2022

PUBLICAÇÃO DO RESULTADO DEFINITIVO DA PROVA DISCURSIVA (NÍVEL SUPERIOR)

07/11/2022

PUBLICAÇÃO DO RESULTADO E CLASSIFICAÇÃO DEFINITIVA DA PROVA OBJETIVA

**EM DIA HISTÓRICO, DEPUTADOS
APROVAM E GOVERNADOR
SANCIONA ATUALIZAÇÃO DO PLANO
DE CARREIRA DOS SERVIDORES**



O dia 1º de abril de 2022 foi uma data verdadeiramente histórica para a Defensoria Pública de Mato Grosso.

Pela manhã, a Assembleia Legislativa de Mato Grosso (ALMT) aprovou a Lei 11.723, que atualizou o plano de carreira dos servidores do quadro administrativo da Defensoria Pública.

Mais tarde, no mesmo dia, após articulação da secretária executiva da DPMT, Maria Luziane Ribeiro de Castro, o governador Mauro Mendes sancionou a lei, publicada em uma edição extra do Diário Oficial do Estado.

Segundo o deputado estadual Eduardo Botelho, presidente da ALMT, o projeto corrige a defasagem salarial dos servidores da Defensoria.

Para se ter uma ideia, antes dessa reestruturação da carreira, os efetivos da Defensoria chegavam a ganhar 400% a menos do que os servidores do Tribunal Regional Eleitoral (TRE-MT).

Com a atualização, os técnicos de nível médio passaram a ter um salário inicial de R\$ 2,8 mil, os analistas de nível superior começam na faixa dos R\$ 6,1 mil e, no caso do controlador interno, a remuneração inicia em R\$ 9,9 mil (valores brutos).

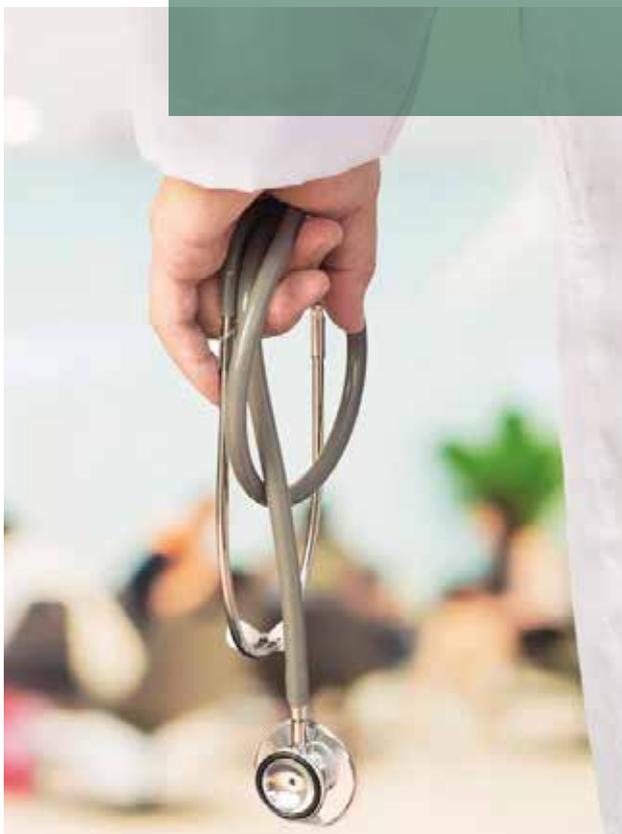
A reestruturação das carreiras de técnico, analista e controlador interno era uma demanda antiga dos servidores da Defensoria. Por conta da defasagem, muitos acabavam migrando para outros órgãos, gerando sobrecarga de trabalho em todos os setores.

O resultado dessa readequação já pôde ser notado no segundo concurso para servidor do órgão, em setembro, com mais de 8 mil candidatos realizando as provas para o provimento de 28 cargos de apoio administrativo – nove vagas de técnico administrativo (nível médio), 18 vagas para analista de sistemas e uma vaga para controlador interno (nível superior), além da formação do cadastro de reserva para diversos cargos.

De acordo com o defensor-geral, Clodoaldo Queiroz, a expectativa agora é de que a carreira se torne cada vez mais atrativa, captando profissionais qualificados para os quadros da Instituição.



Luziane Castro, secretária executiva da DPMT, ao lado do deputado Eduardo Botelho (esq.), do governador Mauro Mendes, e do deputado Dilmar Dal Bosco (dir.)



AUXÍLIO-SAÚDE APROVADO PARA MEMBROS

Um pleito antigo dos defensores e das defensoras entrou em vigor em setembro de 2021 – a implantação do auxílio-saúde, criado a partir da aprovação da Lei 11.450 e regulamentado pela Resolução 0141.

Com a nova lei, ficou estabelecido que na mesma verba usada para o pagamento de auxílio-transporte serão incluídas as despesas com saúde e alimentação, de acordo com a regulamentação do Conselho Superior.

DEFENSORIA CRIA MARCO DE VALORIZAÇÃO DA MATERNIDADE

Com a publicação da Resolução 139/2021, do Conselho Superior, foi criado um símbolo de proteção das mães defensoras e servidoras, bem como dos seus filhos.

O documento estabelece parâmetros internos para lidar com grávidas e a maternidade, por meio da Política de Valorização da Maternidade.

A garantia de mudança de local de trabalho das gestantes para o andar térreo ou a concessão de teletrabalho em casos de prédios desprovidos de elevador de acesso aos andares superiores estão entre as medidas que o órgão pode adotar para conferir maior segurança e conforto às grávidas e mães.

A autorização e efetiva mudança do local de trabalho deverá ocorrer no prazo máximo de cinco dias úteis a partir do protocolo do pedido junto à coordenação do Núcleo.



O regime de teletrabalho, a partir do sétimo mês de gestação, ressalvada a presença em atividades judiciais, e a substituição de defensoras que trabalham no Tribunal do Júri por outros membros, também foram assegurados.

As medidas foram propostas com o objetivo de diminuir desigualdades e vulnerabilidades das mulheres no ambiente profissional familiar e na sociedade em geral.

DEFENSORIA INVESTE NA CONTRATAÇÃO DE ESTAGIÁRIOS DE PÓS-GRADUAÇÃO



Com o intuito de contar com um quadro mais qualificado, a DPMT ampliou a oferta de estágios de pós-graduação, os chamados super estágios, que passaram de 30 para 37 em 2021, e saltaram para 65 em 2022. A primeira contratação de estágio de pós ocorreu em julho de 2020.

Os alunos de pós-graduação, principalmente na área de Direito, aprendem e colaboram em demandas mais complexas na sede administrativa e também nos Núcleos espalhados por todo o estado.

Atualmente, de acordo com a Gestão Funcional, a Defensoria conta com 12 estagiários de nível médio e 310 de nível superior.

Além disso, a bolsa-auxílio de estágio também foi reajustada – atualmente é de R\$ 637,71 para o nível médio, R\$ 1.066,88 para a graduação superior e R\$ 2.250,00 para pós, todas incluindo o auxílio-transporte.

A carga horária para nível médio é de quatro horas diárias, enquanto para os níveis superior e de pós-graduação são seis horas por dia, de segunda a sexta-feira.

QUADRO DE ESTAGIÁRIOS

	2019/2020	2022	
 Nível Médio	R\$ 504,00	R\$ 637,71	4 horas/dia
 Nível Superior	R\$ 870,00	R\$ 1.066,88	6 horas/dia
 Pós-graduação	R\$ 2.000,00	R\$ 2.250,00	6 horas/dia

ANTES PROJETO-PILOTO, PROGRAMA DE TELETRABALHO É INCORPORADO EM DEFINITIVO



Após a suspensão dos atendimentos presenciais, em virtude da pandemia, em março de 2020, a Administração Superior estabeleceu o teletrabalho como regime preferencial para servidores, até a retomada do atendimento presencial.

Diante disso, foi feito um planejamento para regulamentar o home office, em um período experimental, como alternativa ao trabalho presencial para os servidores.

Assim, o Programa Piloto de Teletrabalho Ordinário (PPTO) foi instituído como um teste para que, posteriormente, o teletrabalho fosse incorporado em definitivo à Defensoria Pública, o que ocorreu em agosto deste ano, conforme a Resolução 020/2022/DPG/DPMT.

Diferentemente do trabalho à distância por razões de biossegurança, tão difundido em 2020 e 2021, em decorrência do período pandêmico, o PPTO buscou aumentar a eficiência do serviço público, reduzir custos da Administração, bem como melhorar o

desempenho e a qualidade de vida dos servidores.

O regime já é adotado há anos por outros órgãos públicos, principalmente na esfera federal, como o Tribunal de Contas da União (TCU).

Mais de 20 servidores aderiram ao PPTO desde o início da vigência do programa, no segundo semestre de 2021, e as perspectivas são promissoras, visto que os aderentes e seus supervisores têm demonstrado satisfação com o novo regime laboral.

Por meio da Resolução 020/2022/DPG/DPMT, publicada em agosto de 2022 no Diário Oficial do Estado, o programa, que era piloto, foi definitivamente implantado e passou a ser denominado Programa de Teletrabalho Ordinário (PTO).

Além disso, a resolução vedou a adesão de quem está em estágio probatório e para quem tem carga horária pendente no controle de ponto. A avaliação inicial, que antes era bimestral, agora é trimestral.



Os defensores Paulo Marquezini (esq.) e Ricardo Pereira (dir.) representam a DPMT junto ao STJ e ao STF

PELA 1ª VEZ NA HISTÓRIA, MATO GROSSO TEM DOIS DEFENSORES ATUANDO DE FORMA ESTRATÉGICA JUNTO AOS TRIBUNAIS SUPERIORES

Uma das metas da atual gestão era efetivar a atuação junto aos Tribunais Superiores, algo inédito na história da DPMT. Assim, por meio da Portaria nº 611/2022/DPG, os defensores Paulo Roberto Marquezini e Ricardo Morari Pereira foram designados, em maio deste ano, para representar a DPMT junto ao Grupo de Atuação Estratégica das Defensorias Públicas Estaduais e Distrital nos Tribunais Superiores – GAETS.

O objetivo é possibilitar que os cidadãos atendidos pelo órgão possam ter nessas cortes o mesmo acompanhamento que já possuem na justiça estadual.

Agora, segundo a portaria, os dois defensores devem elaborar uma proposta de regulamentação de atuação da DPMT junto ao GAETS, que será apreciada posteriormente pela Administração Superior.

Justamente com esse planejamento, o defensor-geral, Clodoaldo Queiroz, visitou a sede das Defensorias de São Paulo e do Ceará em Brasília, em fevereiro do ano passado.

O GAETS desempenha função estratégica em prol das Defensorias Públicas de todo o país junto ao Supremo Tribunal Federal (STF) e ao Superior Tribunal de Justiça (STJ).

NÚCLEO DO JÚRI DE CUIABÁ É CRIADO COM MAIS UM MEMBRO NA VARA CRIMINAL

Depois de ser aprovado pelo Conselho Superior, um desejo antigo dos defensores que atuam na área criminal tornou-se realidade, com a criação do Núcleo do Júri de Cuiabá, em julho do ano passado, incluindo a abertura de mais uma vaga para a Vara Criminal da Capital, que já foi preenchida.

A solicitação partiu do defensor Maicom Vendruscolo, coordenador do Núcleo Criminal de Cuiabá, que pleiteou a criação do Núcleo do Júri da Capital devido ao acúmulo de processos aguardando julgamento em razão da suspensão das atividades presenciais, por conta da pandemia.

Com a criação do Núcleo do Júri, Vendruscolo afirma que agora a Defensoria pode estar presente em 100% dos processos dos réus sem recursos financeiros, evitando, assim, a nomeação de advogados dativos e, conseqüentemente, a oneração do Estado.



“A criação do Núcleo do Júri garante que a Defensoria Pública esteja presente em 100% dos processos de réus carentes de recursos financeiros, evitando, assim, a nomeação de advogados dativos e, conseqüentemente, a oneração do Estado. Também confere maior qualidade de trabalho aos defensores públicos ali atuantes”

Maicom Vendruscolo, defensor público

NÚCLEO DO JÚRI DA CAPITAL



1ª DEFENSORIA
GISELE CHIMATTI BERNA



2ª DEFENSORIA
LEANDRO FABRIS NETO



3ª DEFENSORIA
MARCUS VINÍCIUS
ESBALQUEIRO



4ª DEFENSORIA
PAULA FERNANDES

NOVA

APÓS CRIAÇÃO DA CENTRAL DE ARRECAÇÃO, DEFENSORIA RECOLHE MAIS DE R\$ 3 MILHÕES EM HONORÁRIOS SUCUMBENCIAIS

Uma das novidades da atual gestão foi a criação da Central de Arrecadação de Honorários Sucumbenciais (CAHS), que já recolheu mais de R\$ 3 milhões – de 2019 até setembro de 2022.

A Portaria 0473/2019 instituiu a unidade, em maio, e a Resolução 121/2019 alterou, em outubro, os mecanismos de controle e regulação do que seria executado com os valores.

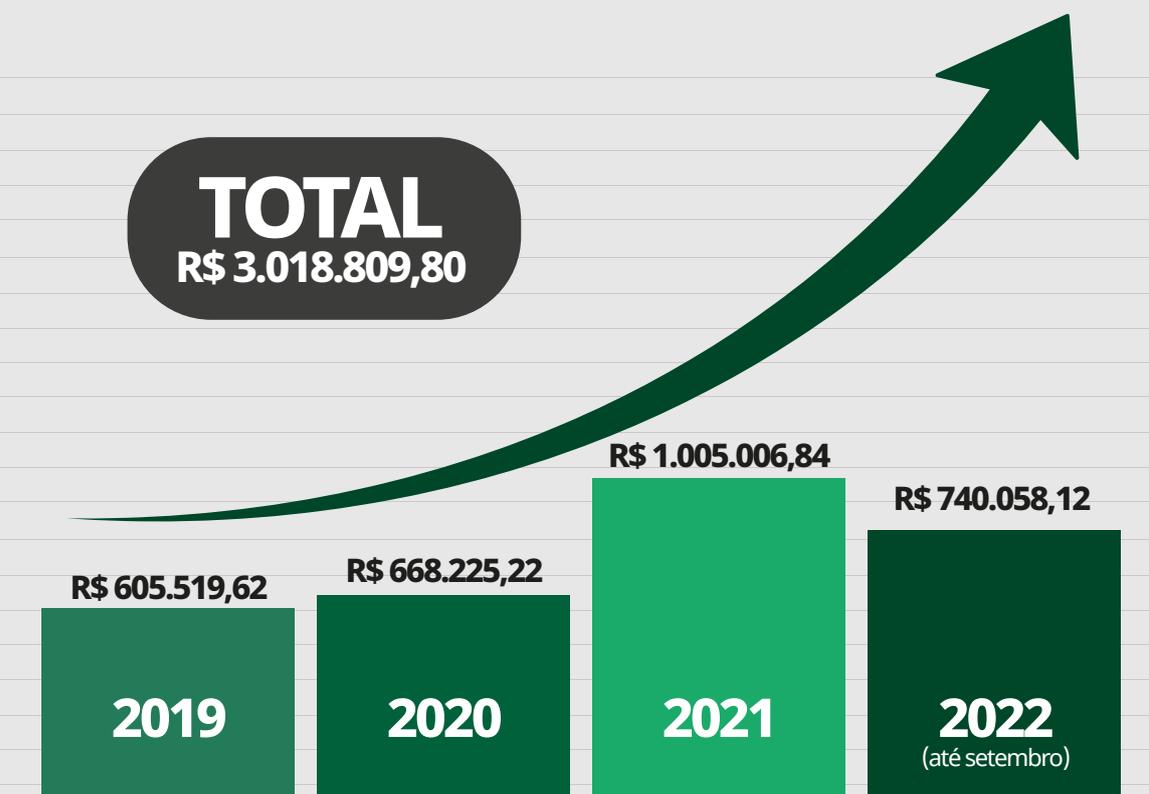
A partir da criação da estrutura, a DPMT passou a fazer o acompanhamento, a contabilização e a fiscalização dos recursos indicados e recolhidos, por meio de alvarás

expedidos nos processos em benefício da Instituição.

Antes, não havia sequer uma previsão do volume de receita que o órgão poderia arrecadar com os honorários sucumbenciais.

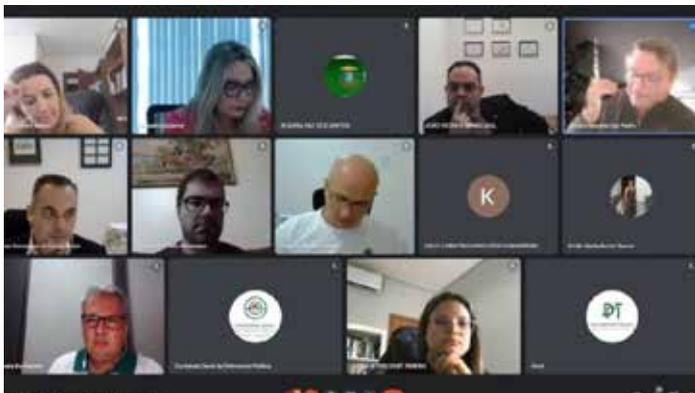
Com a criação da CAHS, a Instituição passou a ficar atenta a todo andamento processual que possa gerar receita, notadamente as decisões proferidas por magistrados que não reconhecem ainda o direito da Defensoria Pública aos honorários, para que, diante desse monitoramento, a situação possa ser revertida.

ARRECAÇÃO – HONORÁRIOS SUCUMBENCIAIS

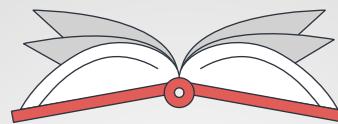


Fonte: Primeira Subdefensoria Pública-Geral





EM NÚMEROS



1.871
apreciações

entre janeiro de 2019
e agosto de 2022



75
encontros
virtuais e
presenciais

1.027
processos
pautados



CONSELHO SUPERIOR MAIS PRODUTIVIDADE E TRANSPARÊNCIA

Órgão normativo, consultivo e deliberativo, onde são decididos os principais temas relativos à vida administrativa, funcional, disciplinar e de atuação da Instituição, o Conselho Superior da Defensoria Pública de Mato Grosso realizou 1.871 apreciações entre janeiro de 2019 e agosto de 2022.

Desde o início da atual gestão, todas as reuniões do colegiado foram transmitidas ao vivo e, após a conclusão, disponibilizadas no canal da Defensoria no YouTube. No período, ocorreram 75 encontros, virtuais e presenciais.

A democratização da transmissão das reuniões do Conselho garantiu transparência, permitindo o acompanhamento das decisões por membros, servidores e por toda a população mato-grossense.

Nos últimos quatro anos, foram 1.027 processos pautados, 656 julgados, 43 resoluções publicadas, 41 processos de remoção e 10 processos de promoção apreciados, e 19 posses de novos defensores promulgadas.

Estrutura - O Conselho Superior é composto 13 membros, sendo cinco natos – defensor-geral, primeiro subdefensor-geral, segundo subdefensor-geral, corregedor e ouvidor – e oito eleitos, estáveis, em efetivo exercício.

A presidente da Associação Mato-grossense de Defensores Públicos (Amdep), entidade de classe de maior representatividade dos membros da Defensoria Pública, tem assento e voz nas sessões do Conselho Superior. Porém, tanto a presidente da Amdep quanto o ouvidor-geral não têm direito a voto.

Já o presidente do Conselho Superior possui direito de voto, como membro, somente nos casos de procedimentos eleitorais da Corregedoria, Ouvidoria, Diretoria da Escola Superior, além do voto de qualidade (para desempate, se necessário), exceto em procedimento administrativo disciplinar.



ENCONTROS DE DEFENSORES SÃO MARCADOS POR CONFRATERNIZAÇÃO DE COLEGAS, PRESTAÇÃO DE CONTAS E AVANÇOS

Uma das metas da atual gestão era promover encontros semestrais ou anuais para a discussão da atividade defensorial, o reforço dos vínculos e a evolução da Defensoria Pública ao longo do tempo.

Em 2019, o plano foi cumprido, com o 1º Encontro Estadual das Defensoras e Defensores Públicos da atual gestão, realizado no dia 20 de maio, em dois períodos: pela manhã, em audiência pública na Assembleia Legislativa, e à tarde, em evento com a Administração Superior no hotel Holiday Inn.

Na audiência pública, no auditório Milton Figueiredo, na ALMT, o defensor-geral, Clodoaldo Queiroz, apresentou o panorama atual da DPMT à sociedade civil, imprensa, defensores públicos e deputados estaduais.

Com o apoio dos deputados Elizeu Nascimento e Dilmar Dal Bosco, Queiroz defendeu a diminuição dos gastos do Estado

com dativos e o aumento do repasse à Defensoria.

À tarde, no Holiday Inn, aconteceu a primeira reunião da atual Administração Superior. O evento foi organizado para apresentar um balanço dos primeiros cinco meses de gestão da nova Administração e celebrar o Dia da Defensoria Pública e do Defensor Público.

Em dezembro de 2019, um novo encontro, dia 19, no Delmond Hotel. O 2º Encontro Estadual das Defensoras e Defensores Públicos ocorreu na parte da tarde, com apresentações da Administração Superior, Corregedoria, Escola Superior, Ouvidoria e um produtivo debate entre os membros da Instituição.

Então, veio a pandemia de Covid e os eventos presenciais foram suspensos até que...



Com o avanço da vacinação, ocorreu o reencontro dos membros da Defensoria em maio deste ano, o primeiro desde o fim das restrições impostas pela pandemia, em março de 2020.

“Primeiro quero registrar a alegria de estarmos todos juntos de novo, tive um misto de alegria e saudosismo ao vê-los aqui. A nossa meta original era a de promover encontros semestrais e anuais para que esse contato possibilitasse a discussão de nossas atividades, o aprofundamento e o reforço de nossos vínculos, pois nada substitui o contato

presencial. Mas com a pandemia, o plano foi suspenso. Agora, sejam bem-vindos e aproveitem a programação que fizemos”, afirmou o defensor-geral, Clodoaldo Queiroz, prestes a completar quatro anos no comando da Instituição, em dezembro.

O 3º Encontro Estadual contou com a presença maciça da categoria e foi marcado pela troca experiências e pelo debate para o aperfeiçoamento do órgão, com a apresentação dos resultados dos esforços da atual gestão nos últimos três anos e cinco meses de trabalho.

EM PLENA EXPANSÃO, DEFENSORIA CHEGA A

80% DAS COMARCAS DE MT

Uma das principais metas da atual gestão, que assumiu em 2019, era levar a Defensoria para o estado inteiro, cada vez mais perto das pessoas socioeconomicamente vulneráveis.

Com o início e a retomada do atendimento à população em 14 novos municípios entre agosto e setembro deste ano, elevando para 30 novas cidades atendidas pelo órgão, de 2019 para cá, o sonho de levar a Defensoria a todos os cantos de Mato Grosso está cada dia mais próximo de se tornar realidade.

Agora, a Instituição está presente em 80% do estado (63 das 79 comarcas), garantindo o acesso gratuito à Justiça a mais 140 mil pessoas.

Segundo o defensor-geral, Clodoaldo Queiroz, a medida só foi possível graças ao trabalho eficaz de gestão e à implementação de novas tecnologias, acarretando na maior presença do órgão em todo o estado, mesmo com a redução no número total de defensores públicos de 202 para 193, no último ano.

“Desde o início de nossa administração, buscamos retomar o atendimento em municípios onde já estivemos e avançar para aqueles mais distantes, onde nunca atuamos, mas sabemos que a necessidade de acesso à Justiça é urgente. De 2019 até o final de setembro de 2022, por meio de planejamento e várias medidas administrativas e de gestão, abrimos ou retomamos o atendimento em 30 municípios, mesmo com número menor de membros”, destacou.

A partir de agosto, a população dos municípios de Brasnorte, Nortelândia, Guiratinga, Tesouro, Itiquira, Feliz Natal, Nova Ubiratã, Dom Aquino, Novo São Joaquim, Terra Nova do Norte e Nova Guarita passaram a ser atendidos. Em setembro, foi a vez de Itaúba, Nova Santa Helena e Paranaíta.

Antes, em junho, já havia sido inaugurado o Núcleo de Juína, abrangendo também o município de Castanheira e os distritos de Filadélfia, Fontanillas, Paraíso da Terra e Terra Roxa.

EM NÚMEROS



80%
das comarcas atendidas



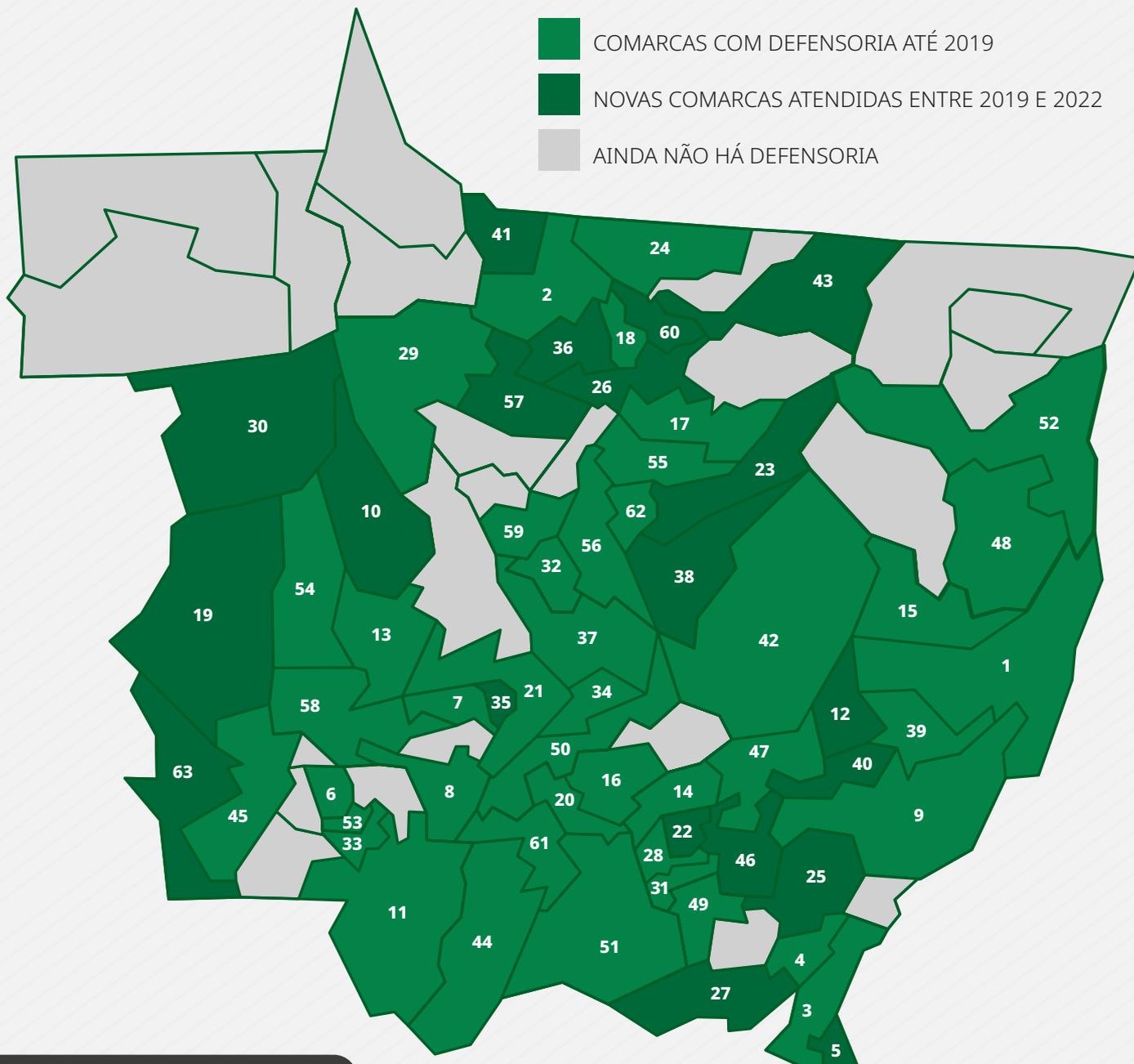
140 mil

pessoas passaram a ter acesso à Defensoria nos últimos meses



**30 cidades
20 comarcas**

com atendimento aberto ou retomado desde 2019



63 comarcas | 80% de MT

- | | | |
|---------------------------|--------------------------------|---|
| 1. Água Boa | 22. Dom Aquino | 43. Peixoto de Azevedo |
| 2. Alta Floresta | 23. Feliz Natal | 44. Poconé |
| 3. Alto Araguaia | 24. Guarantã do Norte | 45. Pontes e Lacerda |
| 4. Alto Garças | 25. Guiratinga | 46. Poxoréu |
| 5. Alto Taquari | 26. Itaúba | 47. Primavera do Leste |
| 6. Araputanga | 27. Itiquira | 48. Ribeirão Cascalheira |
| 7. Arenópolis | 28. Jaciara | 49. Rondonópolis |
| 8. Barra do Bugres | 29. Juara | 50. Rosário Oeste |
| 9. Barra do Garças | 30. Juína | 51. Santo Antônio do Leverger |
| 10. Brasnorte | 31. Juscimeira | 52. São Félix do Araguaia |
| 11. Cáceres | 32. Lucas do Rio Verde | 53. São José dos Quatro Marcos |
| 12. Campinápolis | 33. Mirassol D'Oeste | 54. Sapezal |
| 13. Campo Novo do Parecis | 34. Nobres | 55. Sinop |
| 14. Campo Verde | 35. Nortelândia | 56. Sorriso |
| 15. Canarana | 36. Nova Canaã do Norte | 57. Tabaporã |
| 16. Chapada dos Guimarães | 37. Nova Mutum | 58. Tangará da Serra |
| 17. Cláudia | 38. Nova Ubiratã | 59. Tapurah |
| 18. Colíder | 39. Nova Xavantina | 60. Terra Nova do Norte |
| 19. Comodoro | 40. Novo São Joaquim | 61. Várzea Grande |
| 20. Cuiabá | 41. Paranaíta | 62. Vera |
| 21. Diamantino | 42. Paranatinga | 63. Vila Bela da Santíssima Trindade |

MODERNIZAÇÃO NÚCLEOS PASSAM POR REFORMAS E ADEQUAÇÕES

Depois de “arrumar a casa”, logo que assumiu a gestão do órgão, em janeiro de 2019, a Administração Superior focou nas reformas dos Núcleos mais defasados em termos de estrutura, condições de trabalho para membros e servidores, e atendimento adequado ao público.



Em dezembro, foi inaugurado o novo Núcleo de Várzea Grande, um prédio arejado, espaçoso, seguro e centralizado, preparado para receber bem a população.

Mudar para um novo prédio era um sonho antigo dos cerca de 60 profissionais da Defensoria e também dos cidadãos várzea-grandenses, que antes eram atendidos em um local antigo, localizado em um terreno alagadiço, que atraía bichos peçonhentos, e não comportava mais a população que buscava o auxílio dos defensores.

Várzea Grande é o segundo maior município de Mato Grosso, com população estimada de 290.383 habitantes (2021), segundo o IBGE.

Já o novo prédio do Núcleo de Execuções Penais (Nep), no Centro Político Administrativo (CPA) de Cuiabá, foi inaugurado em dezembro de 2020.

A localização mudou e o prédio, onde antes funcionava o Núcleo Criminal da Capital, foi todo reformado para atender às famílias de reeducandos e/ou pessoas que cumprem pena e precisam da atuação de um defensor público.

O processo de expansão continuou. Um ano

depois, em dezembro de 2021, foram inaugurados o novo Núcleo de Campinápolis e as novas instalações de Campo Verde. Juntos, os dois municípios somam mais de 60 mil habitantes (IBGE).



Naquele momento, a Defensoria chegava a 52 das 79 comarcas do estado. Segundo a Coordenadoria de Infraestrutura Física (CIF), foram efetuadas aproximadamente 230 manutenções elétricas, hidráulicas e pequenos reparos de construção civil em 29 Núcleos em todo o estado, somente em 2021.

Em 2022, destacaram-se a inauguração do novo Núcleo Criminal, em março, e do novo Núcleo Cível, em julho, ambos em Rondonópolis (terceira maior cidade do estado, com mais de 239 mil habitantes), além da reforma do prédio de Chapada dos Guimarães, em maio.





A reinauguração do Núcleo da Infância e Juventude de Cuiabá, localizado no Complexo Pomeri, contou com o talento do artista Rafael Jonnier, que fez a revitalização visual do local, que também foi reformado e recebeu novos equipamentos.

Um sonho antigo dos defensores públicos e um dos maiores projetos da atual gestão, a unificação de todos os Núcleos da área cível em um só prédio, em Cuiabá, está prestes a se tornar realidade. A previsão é de que o novo Núcleo seja inaugurado no início de 2023.

O contrato de locação de 11 andares do edifício Pantanal Business, na avenida Historiador Rubens de Mendonça (av. do CPA), foi assinado em agosto do ano passado. Atualmente, o prédio passa por adequações para abrigar todos os Núcleos cíveis da Defensoria em Cuiabá, incorporando os espaços que atualmente estão espalhados em diferentes pontos na mesma avenida.

Em andamento - E não para por aí! Os Núcleos de Juara, Nova Xavantina, Barra do Garças, Mirassol D'Oeste e Sapezal passaram por reformas recentemente, mas ainda não foram oficialmente inaugurados.

Com o apoio da Prefeitura e da Câmara Municipal, já foi apresentado o projeto-base para a construção da sede própria da Defensoria em Lucas do Rio Verde, que está em

fase final de ajustes para o início das obras.

Em Jaciara, a Prefeitura doou uma área para a construção do Núcleo da Defensoria Pública no mesmo local onde funciona o Fórum, no bairro Jardim Aeroporto II, de fácil acesso à população.

Para 2023, ainda estão previstas reformas em Comodoro, Rosário Oeste e Sinop. A expansão da Defensoria continua a todo vapor para cumprir a meta de estar presente em todas as comarcas de Mato Grosso!



VÁRZEA GRANDE

ANTES



DEPOIS



RONDONÓPOLIS - CÍVEL



RONDONÓPOLIS - CRIMINAL



NÚCLEO DE INFÂNCIA E JUVENTUDE DE CUIABÁ



CHAPADA DOS GUIMARÃES



JUÍNA



ALTA FLORESTA



NÚCLEO DE EXECUÇÕES PENAIS (NEP)

ANTES



DEPOIS



CAMPO VERDE E CAMPINÁPOLIS



PANTANAL BUSINESS – UNIFICAÇÃO DOS NÚCLEOS CÍVEIS DE CUIABÁ

ANTES



PANTANAL BUSINESS – UNIFICAÇÃO DOS NÚCLEOS CÍVEIS DE CUIABÁ

DEPOIS



DEFENSORIA MODERNA

Defensoria inicia 2022 de “cara nova”
Instruções Normativas modernizam e aprimoram controle interno
Maior presença nas mídias sociais
Atendimento online criado como alternativa na pandemia
Implantação do número único de WhatsApp via Chatbot
Revolução tecnológica
Implantação do Solar – atendimento em tempo real
Política de Privacidade e Proteção de Dados Pessoais
Publicação da primeira Doutrina de Inteligência Defensorial do mundo



**DEFENSORIA PÚBLICA
DO ESTADO DE MATO GROSSO
NÚCLEO CRIMINAL DE RONDONÓPOLIS**

***DEFENSORIA INOVA COM
CONCURSO E INICIA 2022
“DE CARA NOVA”***



Passando por um grande processo de transformação desde 2019, a atual gestão entendeu que havia chegado a hora de definir uma nova identidade visual para a Defensoria Pública, estabelecendo uma nova marca e se aproximando dos cidadãos.

Assim, a DPMT lançou e concluiu em 2021 seu primeiro concurso público cultural para escolha da nova identidade visual.

“Faz parte desse processo a definição de uma identidade visual própria, que demonstre aos usuários dos nossos serviços que a Defensoria pertence a eles, que está ao lado deles para o que precisarem e que somos o órgão público com o qual sempre poderão contar”, afirmou o defensor-geral, Clodoaldo Queiroz.

A ideia da Administração Superior foi de ampliar a participação popular e verificar como a Instituição é vista pelo público externo, estabelecendo uma nova marca que evidencie

seus valores fundamentais, como a prestação de um serviço de forma democrática à população mais vulnerável, com foco nos direitos humanos e no acesso à Justiça.

Os critérios levados em conta pela comissão julgadora na escolha foram: criatividade, comunicabilidade, originalidade, aplicabilidade, visibilidade e relação da identidade visual da proposta com os objetivos e valores da DPMT.

Em janeiro de 2022, a Defensoria passou a adotar oficialmente a sua nova identidade visual em documentos, comunicações oficiais, internas e externas, placas institucionais, entre outros.

Até setembro, os Núcleos da Infância e Juventude, em Cuiabá, Juscimeira, Várzea Grande, Alto Araguaia e Rondonópolis (Cível e Criminal) já contavam com a fachada atualizada, com a nova identidade visual.

INSTRUÇÕES NORMATIVAS MODERNIZAM E APRIMORAM CONTROLE INTERNO

A atual gestão promoveu uma verdadeira revolução administrativa na Instituição e um dos investimentos mais proeminentes foi na consultoria de José Osvaldo Glock, referência na área de controle interno em organizações públicas e privadas, que resultou na publicação de 43 Instruções Normativas (INs) entre janeiro de 2019 e agosto de 2022.

As Instruções Normativas são atos que orientam a execução das normas vigentes pelos agentes públicos. Sempre que possível, a DPMT publica também os mapas de trabalho juntamente com as respectivas INs dos Sistemas de Controle Interno (SCI).

Das 43 instruções já publicadas, 28 foram as primeiras (01), 13 as segundas (02) e 2 as terceiras (03) do SCI. No total, já foram criados 97 indicadores de Controle Interno, 45 orientações técnicas e ainda há 10 Instruções Normativas em desenvolvimento.



Consultor José Osvaldo Glock



Treinamento com o consultor (julho/2019)

ESTATÍSTICAS – SISTEMA DE CONTROLE INTERNO 2019 – 2022

Instruções Normativas do SCI já publicadas	43
Instruções Normativas 01 do SCI já publicadas	28
Instruções Normativas 02 do SCI já publicadas	13
Instruções Normativas 03 do SCI já publicadas	2
Segundas versões de Instruções Normativas já publicadas	8
Terceiras versões de Instruções Normativas já publicadas	2
Sistemas Administrativos que já possuem mais de uma IN publicada	11
Instruções Normativas publicadas que já possuem Indicadores de Controle Interno definidos	23
Indicadores de Controle Interno	97
Orientações Técnicas SCI realizadas em 2021 e 2022	45
Relatório de Indicadores de Controle Interno recebidos pela UCI	5
Instruções Normativas em desenvolvimento	10

DEFENSORIA AMPLIA PRESENÇA NAS MÍDIAS SOCIAIS



A criação do perfil da Defensoria no Instagram, em fevereiro de 2020, além da contratação de uma publicitária e um estagiário para gerenciar as mídias sociais, marcaram o fortalecimento da presença da Instituição no ambiente digital.

Em menos de um ano, foram 342 publicações e mais de 2 mil seguidores alcançados. Atualmente, o perfil @defensoriapublicamt conta com mais de mil publicações e 8.046 seguidores (novembro/2022).

A página, que representa mais um canal de

atendimento ao cidadão, divulga notícias sobre a atuação do órgão, campanhas de educação em direitos, vídeos, lives, e muito mais! Os usuários também podem enviar suas dúvidas, sugestões e reclamações via Direct.

Além do Instagram, a Defensoria também tem um perfil no Facebook e um canal no YouTube.

Curta, compartilhe e fique por dentro de nossas mídias sociais por meio dos QR Codes abaixo!



@defensoriapublicamt



/defensoriapublicamt



Defensoria Pública
de Mato Grosso



59.913
atendimentos
registrados

NA PANDEMIA, SUPORTE ONLINE FOI CRIADO COMO ALTERNATIVA E REGISTROU MAIS DE 59 MIL ATENDIMENTOS

Projetado previamente para facilitar o acesso do cidadão aos serviços da Defensoria num futuro próximo, o atendimento online teve sua implantação antecipada para abril de 2020, por conta da pandemia de Covid-19, e **já registrou 59.913 atendimentos**, sendo muito utilizado no período pandêmico.

Inicialmente, o sistema foi disponibilizado aos moradores de Cuiabá e Várzea Grande. Em agosto do mesmo ano, foi ampliado para as 48 comarcas onde o órgão estava instalado naquele momento.

O serviço funciona por meio de um link que conecta o usuário a um atendente treinado para repassar informações, como andamento processual, documentos necessários para iniciar ações, entre outras. O sistema online é uma alternativa ao cidadão, mesmo com a retomada do atendimento presencial.

As solicitações podem ser feitas 24 horas por dia, 7 dias por semana, e o atendente entra em contato nos dias úteis, no horário regular de funcionamento do órgão.



DEFENSORIA IMPLANTA NÚMERO ÚNICO DE WHATSAPP VIA CHATBOT

Dando sequência a esse processo de modernização do atendimento, a Defensoria implantou o número único de WhatsApp (65 99963-4454), por meio de um sistema conhecido como chatbot, pelo qual o cidadão, no início do atendimento, é guiado por um robô a responder perguntas objetivas, com o uso de números.

Lançado no dia 12 de setembro de 2022, a plataforma registrou 18.168 interações simultâneas em poucas horas, gerando 11.429 atendimentos virtuais

11.429
atendimentos
virtuais

*foram registrados
apenas no 1º dia
de funcionamento*

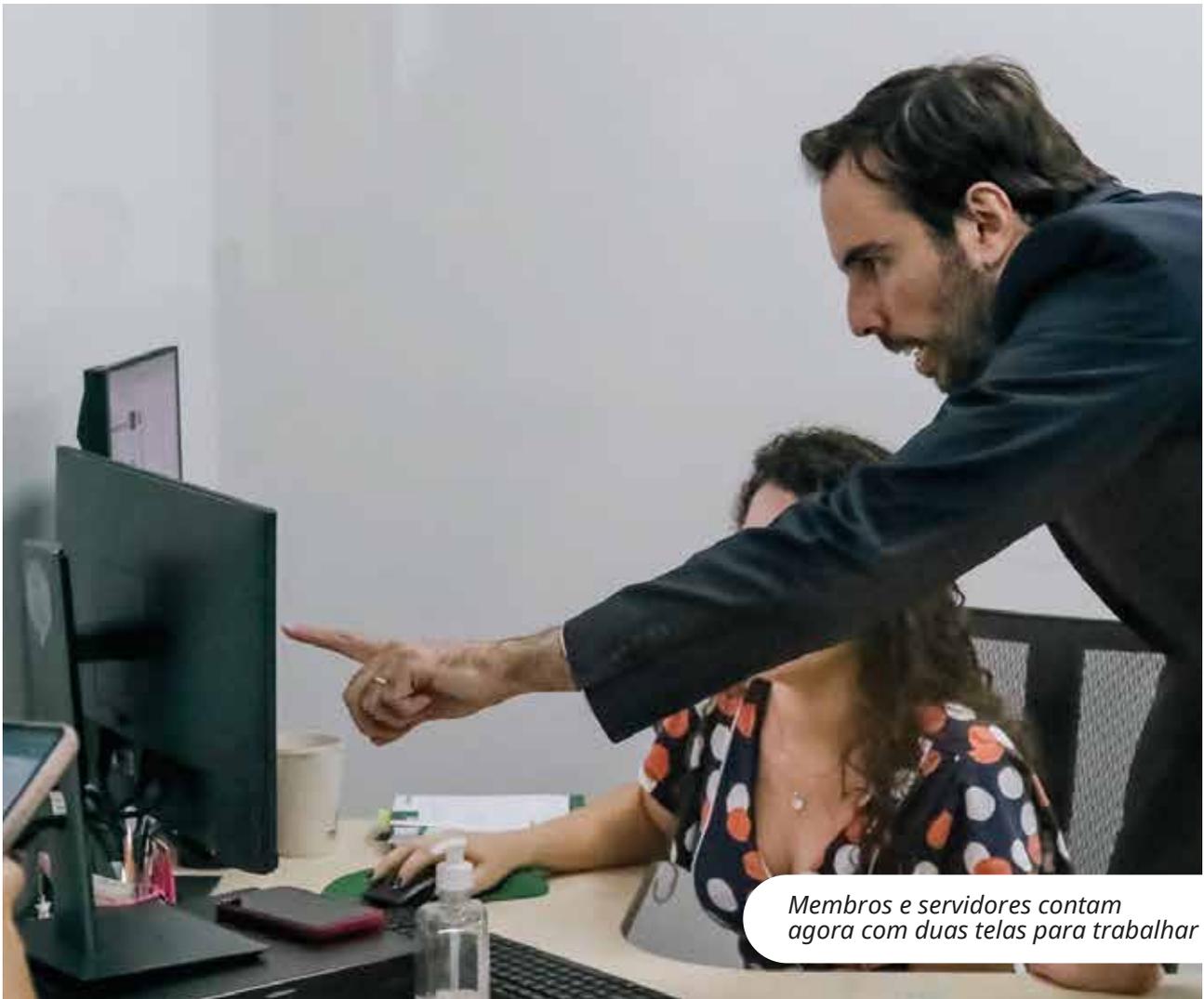
apenas no primeiro dia de funcionamento.

Até o momento (10/10), foram realizados 1.865 atendimentos em outubro pelo número único de WhatsApp. Segundo a Coordenadoria de Tecnologia de Informação (CTI), ainda estão sendo feitos ajustes em conjunto com a MaxxMobi, empresa que implantou e gerencia o chatbot, para que o sistema seja

aperfeiçoado para oferecer um serviço de excelente qualidade ao cidadão.

DEFENSORIA PASSA POR REVOLUÇÃO TECNOLÓGICA





Membros e servidores contam agora com duas telas para trabalhar

Nos últimos quatro anos, a Defensoria Pública vivenciou uma efetiva renovação tecnológica, desde a abolição dos processos físicos (em papel), com a implantação novo sistema administrativo (Coplan), até a renovação de todo o parque tecnológico, com investimento de mais de R\$ 7 milhões em novos computadores, notebooks, scanners e outros equipamentos.

Celulares novos – No início de 2021, todos os setores e Núcleos da Defensoria Pública receberam cerca de 400 novos aparelhos celulares, em substituição aos telefones fixos, com a finalidade de proporcionar um melhor atendimento à população, inclusive via WhatsApp.

A substituição dos telefones fixos pelos aparelhos celulares representou uma economia significativa, além de facilitar o controle quanto ao tempo de ligações e tipos de chamadas.

Todos os telefones fixos da Instituição, na capital e no interior, foram desativados em março devido ao encerramento do contrato com a empresa de telefonia Oi.

Novo parque tecnológico – Já em relação ao upgrade tecnológico, destacam-se a compra de 86 computadores, 19 notebooks, 97 scanners, 120 nobreaks, 193 monitores e 150 mouses ópticos USB em 2019.

Em 2020, foram adquiridos 18 sistemas de painel eletrônico, 31 toners coloridos para impressora, 50 roteadores inteligente wireless (sem fio), além de mais de 354 computadores e 500 monitores.

Os novos computadores, acompanhados de “telas duplas”, ajudaram na economia de custos com papel, reduzindo drasticamente a necessidade de impressão.

Entre 2021 e agosto de 2022, foram obtidos 235 notebooks, 557 monitores, 125 CPUs, 252 webcams, além de outros equipamentos.

Além disso, também foi comprada uma máquina virtual Linux para a realização da votação eletrônica, como na escolha dos membros do Conselho Superior e do(a) defensor(a)-geral. Foi firmado um convênio com a Defensoria Pública do Tocantins e o sistema foi customizado para a DPMT.

Nuvem – Visando a modernização, com mais agilidade, desempenho, minimizando os riscos e otimizando os custos, a Defensoria Pública realizou a contratação de serviços de computação em nuvem (cloud computing), em setembro de 2021.

O contrato, com vigência de doze meses, prorrogável por igual período, até o limite de 60 meses, foi firmado no valor de R\$ 2,5 milhões.

A tecnologia utiliza a Unidade de Serviço Técnico (UST) e a Unidade de Serviço de Nuvem (USN). Com isso, os membros e servidores da DPMT podem acessar nos Núcleos ou remotamente, de forma segura, os sistemas e informações necessárias para prestar a melhor assistência gratuita à população.

Os serviços de computação em nuvem foram contratados junto à SERPRO, providos pela Amazon Web Services (AWS), uma das maiores empresas do mundo no setor.

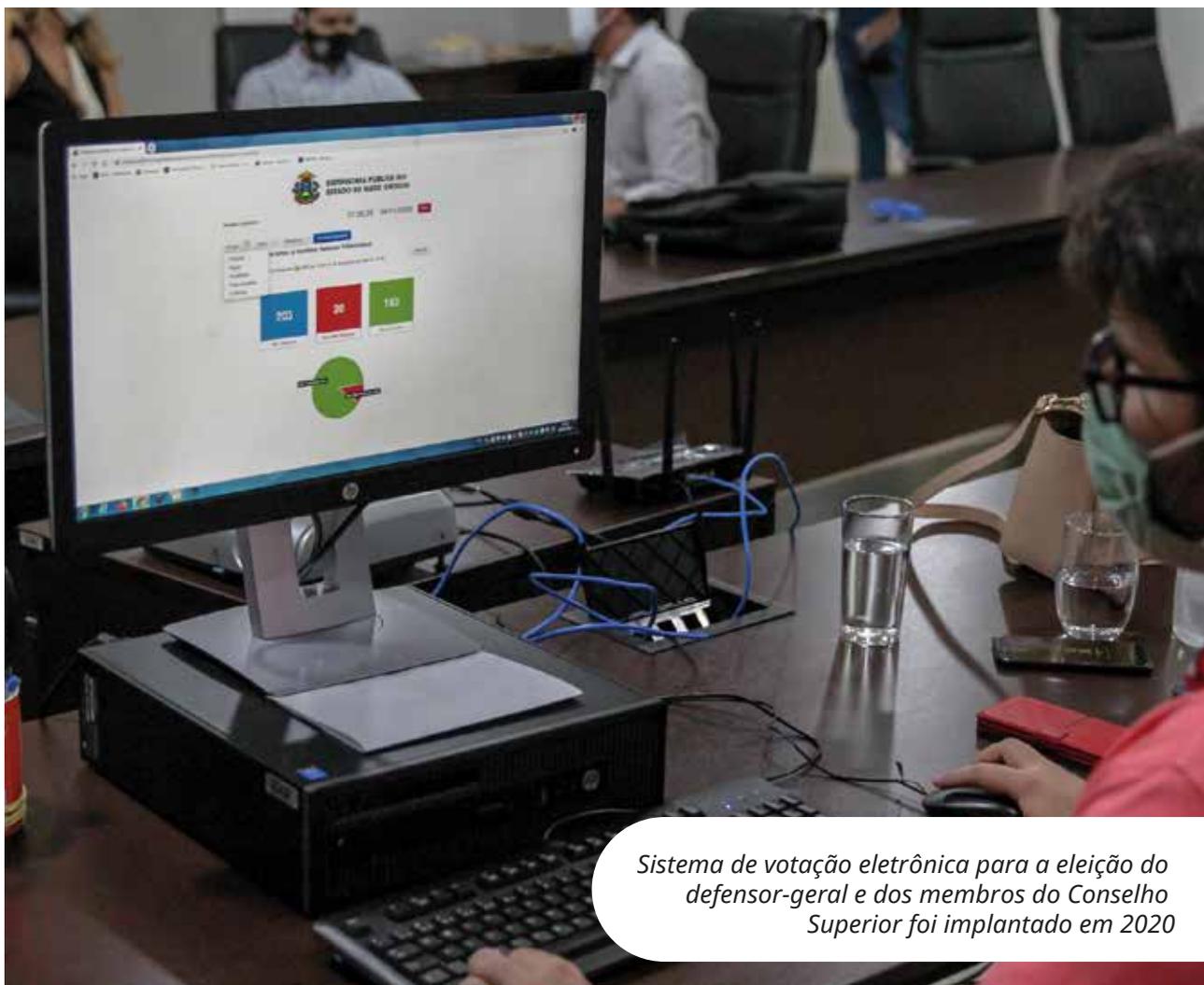
Segundo a Coordenadoria de Tecnologia da Informação (CTI), a Defensoria foi o primeiro órgão público estadual a efetuar esse tipo de contratação.

Coplan – Implementado em abril de 2019, o Coplan contribuiu para a celeridade e acompanhamento das informações institucionais, atendimento aos órgãos de controle externo, encerramento de trâmites de processos físicos, além da possibilidade de adaptação às necessidades específicas do órgão.

O sistema engloba vários módulos, como folha de pagamento e recursos humanos, licitação, contratos, compras, almoxarifado, patrimônio, frotas, planejamento, protocolo, portal da transparência, do servidor e do defensor, entre outros.

O sistema engloba vários módulos: Folha de Pagamento e Recursos Humanos, Licitação, Contratos, Compras, Almoxarifado, Patrimônio, Frotas, Planejamento, Protocolo, Portal da Transparência, Portal do Servidor e do Defensor, entre outros.

Em 2022, foram implementados ainda a Calculadora de Pensão Alimentícia, o Sistema de Cadastro de Assistidos (Sicad) e o Sistema Administrativo, todos disponíveis na aba Sistemas, no site da DPMT.

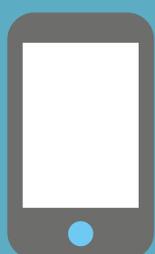


Sistema de votação eletrônica para a eleição do defensor-geral e dos membros do Conselho Superior foi implantado em 2020

2019

86 Computadores
19 Notebooks
97 Scanners
120 Nobreaks
193 Monitores
150 Mouses Ópticos

REVOLUÇÃO TECNOLÓGICA em números



2020

354 Computadores
500 Monitores
18 Sistemas de painel eletrônico
31 Toners coloridos
50 Roteadores wireless

2021/2022

235 Notebooks
557 Monitores
125 CPUs
317 Mini PCs
20 Réguas elétricas para rack
30 Adaptadores Wireless USB
252 Webcams

CERCA DE



7

MILHÕES

INVESTIDOS
EM NOVOS
EQUIPAMENTOS
DESDE 2019

IMPLANTAÇÃO DO SOLAR POSSIBILITA ACOMPANHAMENTO DO ATENDIMENTO EM TEMPO REAL E INTEGRAÇÃO COM OUTROS ÓRGÃOS DE JUSTIÇA

Em maio deste ano, a Defensoria finalizou os treinamentos aos membros e servidores para a implantação do sistema de Solução Avançada em Atendimento Referência (Solar), que começou a ser instalado em 2021 e gerenciará, desde o primeiro atendimento ao cidadão, todos os passos para a solução do caso, por via judicial ou administrativa, em todas as instâncias.



A Coordenadoria de Tecnologia da Informação realizou 18 reuniões com todos os Núcleos da Defensoria Pública no estado para a apresentação do sistema. Os treinamentos foram todos online, com exceção de Cuiabá, Várzea Grande e Rondonópolis, que foram presenciais.

O software, criado pela equipe de Tecnologia de Informação da Defensoria Pública do Tocantins (DPTO), foi cedido gratuitamente para a DPMT e já estava em uso nos Núcleos de Iniciais e da Infância e Juventude de Cuiabá, desde novembro do ano passado. A partir do segundo semestre, o uso passou a ser mandatário em todos os Núcleos.

“Tivemos uma participação massiva de servidores e membros para poder conhecer o sistema e, agora, o nosso desafio é que todos efetivamente passem a utilizar e conhecer, na prática, o funcionamento no dia a dia”, destacou a secretária executiva da DPMT, Luziane Castro, que também atuou nos treinamentos.

Com o aplicativo, dados cadastrados podem ser acessados em tempo real, de qualquer lugar do mundo, permitindo ao órgão compilar informações dos cidadãos atendidos, do primeiro ao último contato, registrando um histórico de atuações que podem gerar desde soluções administrativas até a abertura, andamento e conclusão de processos judiciais, nas várias instâncias.



A base de dados do sistema registra agendamentos, petições, audiências e substituições de defensor. Além de ter uma interface simples, fácil de usar, há módulos que, no futuro, permitirão o trabalho multidisciplinar, em ligação com outros órgãos do Sistema de Justiça. No momento, já estão liberados dois módulos – Recepção e Defensor.

Os novos módulos, fazendo a integração com os sistemas de Processo Judicial eletrônico (PJe) e SEEU (Sistema Eletrônico de Execução Unificado), estão em fase final de implantação.

O processo de instalação e treinamento foi conduzido pelo analista de sistemas Ricardo Pinheiro. “Só com o grande empenho dele foi possível fazer todo esse processo de implantação em tão pouco tempo, considerando a quantidade de pessoas envolvidas para cadastramento e ensino de funcionamento do sistema”, ressaltou Luziane.



DEFENSORIA CRIA POLÍTICA DE PRIVACIDADE E PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS



Fernando Lopes, coordenador de Inteligência e Segurança Institucional

Por meio da Resolução 18/2022, publicada em julho no Diário Oficial, a Defensoria instituiu a Política de Privacidade e Proteção de Dados Pessoais (PPPD/DPE), executada pelo Comitê Intersetorial de Implantação da Lei Geral de Proteção de Dados.

O responsável pelo tratamento dos dados será o coordenador de Inteligência e Segurança Institucional, Fernando Lopes.

O objetivo do uso da PPPD é disciplinar a proteção de dados pessoais nas atividades da DPMT, orientando e regulando o relacionamento do órgão com todos os usuários de seus serviços, tais como os integrantes da instituição, colaboradores, fornecedores ou terceiros em geral.

A medida está pautada nas leis número 12.527, de Acesso à Informação, na número 12.965, o Marco Civil da Internet, e na lei 13.709/2018, conhecida como Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD).

Segundo a Resolução, a PPPD observará regras constitucionais e legais dispostas em normas e respeitará os princípios de: finalidade, adequação, necessidade, livre acesso do titular dos dados, transparência,

segurança, prevenção, não discriminação, responsabilização e prestação de contas.

O Comitê Intersetorial para implantação da Lei Geral de Proteção de Dados, formado por servidores e defensores, administrará e atualizará a Política, com base em quatro objetivos: o de adotar boas práticas em relação à privacidade de dados pessoais; criação de mecanismos para identificar falhas no tratamento desses dados; atuação transparente dos titulares dos dados pessoais e estabelecimento de cultura institucional de segurança de dados pessoais.

Integram o Comitê: Luziane Castro, secretária executiva e defensora-geral eleita, Arthur Dias, assessor jurídico, Carlos Roika Junior, primeiro subcorregedor-geral e corregedor-geral eleito, Felipe da Cunha, assessor especial, Jéssica Maffini, gerente da folha de pagamento, Kleyton Cirqueira, gerente de prestação de contas, Marcus Ventura, analista advogado, Murilo Sales, técnico administrativo, Fernando Lopes, coordenador da Unidade de Inteligência, Tiago Paludo e Ricardo Pinheiro, analistas de sistemas.

UNIDADE DE INTELIGÊNCIA DA DPMT PUBLICA PRIMEIRA DOCTRINA DE INTELIGÊNCIA DEFENSORIAL DO MUNDO



Implementada efetivamente em janeiro de 2019, logo no início da atual gestão, a Unidade de Inteligência e Segurança Institucional (UISI) marcou a vanguarda da Defensoria Pública de Mato Grosso, a primeira a implantar um setor de inteligência em todo o país.

Em julho de 2021, o defensor-geral, Clodoaldo Queiroz, aprovou a Doutrina de Inteligência da Defensoria Pública do Estado de Mato Grosso, denominada “Doutrina de Inteligência Defensorial”, por meio de uma portaria. Essa é a primeira Doutrina de Inteligência de uma Defensoria Pública que se tem conhecimento, no Brasil e no mundo.

Segundo o próprio documento, os objetivos da doutrina são: 1) Estabelecer o papel principal da Atividade de Inteligência Defensorial da DPMT; Fornecer consciência situacional e conhecimento qualificado para a redução de incertezas no processo decisório em nível estratégico da Defensoria Pública, e apoiar com eficiência e segurança o cumprimento das atribuições de cada defensora e defensor público de Mato Grosso.

Criada em dezembro de 2018, por meio da Lei 10.773, a UISI atende demandas que vão desde a geração de conhecimento à produção

de relatórios e cenários com orientações estratégicas até o fechamento de parcerias para troca de informações.

Dentre os muitos frutos já produzidos pela Unidade, estão: convênio para acessar o Sistema de Inteligência da Secretaria de Estado de Segurança Pública (Sesp-MT), Administração Penitenciária, regulamentação sobre o tratamento que a direção das unidades prisionais deve garantir aos defensores públicos na relação de trabalho, retomada da reforma da sala de atendimento da DPMT dentro da Penitenciária Central do Estado (PCE), a maior de Mato Grosso, entre outros.

Além disso, a Inteligência também proporcionou aos membros e servidores da Defensoria capacitação sobre o tema por meio de cursos, seminários e até mesmo oferta de vagas em cursos de pós-graduação.

Em agosto de 2019, a Unidade de Inteligência e a Escola Superior da DPMT promoveram o seminário “Atividade de Inteligência e a Missão Institucional da Defensoria Pública”, o primeiro evento de Inteligência da história das Defensorias Estaduais e da União.

Posteriormente, com o apoio da Assessoria de Imprensa e Comunicação Institucional, foi produzida a Revista do 1º Seminário de Inteligência da DPMT, divulgada na 40ª Reunião Ordinária do Conselho Nacional dos Corregedores-Gerais das Defensorias Públicas dos Estados, do Distrito Federal e da União (CNCG), em outubro de 2019, no Recife-PE.

“A Defensoria de Mato Grosso se colocou à disposição dos demais estados para contribuir com a formulação de leis e atos normativos necessários para respaldar a implantação da atividade de Inteligência no âmbito institucional. Os corregedores também elogiaram a qualidade da nossa Revista do 1º Seminário de Inteligência DPMT e cada um levou um exemplar para o seu estado”, revelou o corregedor-geral, Márcio Dorilêo.



DEFENSORIA EFICIENTE

Programa Nacional de Prevenção à Corrupção

Selo socioambiental do Ministério do Meio Ambiente

Reserva de vagas para negros e índios em concursos

Primeiro recadastramento funcional de membros e servidores

Defensoria recebe selo ouro de combate ao racismo

Contratação e reinserção social de reeducandos da Fundação Nova Chance

Alerta 180 – Projeto-piloto de monitoramento do sistema carcerário

Recorde histórico de atendimentos na pandemia

A história do sr. Francisco - dívida perdoada e repercussão nacional

Convênios e termos de cooperação

Auxílio no cadastro da vacinação contra Covid

Gaedics

Mutirões Prisionais

1º Mutirão de Retificação do Registro Civil de Pessoas Trans

Van dos Direitos viabiliza atendimento itinerante

Araguaia e Ribeirinho Cidadão

Defensoria Até Você



DEFENSORIA ADERE AO PROGRAMA NACIONAL DE PREVENÇÃO À CORRUPÇÃO (PNPC)

A Defensoria aderiu ao Programa Nacional de Prevenção à Corrupção (PNPC), que oferece um retrato geral do nível de prevenção, detecção, investigação, correção e monitoramento de fraudes e corrupção alcançado pela Instituição e propõe sugestões, instruções e modelos para que o órgão atinja o mais alto grau de integridade contra desvios éticos, infrações e crimes.

O programa visa o fortalecimento do controle social, compartilhamento de informações e documentos, além do intercâmbio de experiências e capacitação dos quadros da Instituição.

O PNPC é gratuito e destinado a órgãos, entidades e organizações públicas, das três

esferas (municipal, estadual e federal), que pretendem adotar protocolos e modelos fundamentados em experiências eficazes.

Segundo o defensor-geral, Clodoaldo Queiroz, a adesão ao programa evidencia o interesse e a preocupação dos gestores do órgão em eliminar riscos de danos ao erário e de aproveitar a oportunidade para avançar no trabalho de controle interno, iniciado em 2019.

Com a iniciativa, a Defensoria almeja o aprimoramento dos padrões de integridade e boas práticas. "A adesão ao PNPC é mais uma oportunidade de avanço para a Instituição e mostra nossa preocupação e o interesse em reduzir cada vez mais os riscos de fraudes e corrupção", destacou Queiroz.



MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE CERTIFICA DPMT COM SELO SOCIOAMBIENTAL

Pela primeira vez em sua história, a Defensoria Pública de Mato Grosso recebeu o selo Agenda Ambiental na Administração Pública (A3P), concedido pelo Ministério do Meio Ambiente.

A DPMT monitora por gráficos e dados, ao longo do ano, o consumo de:



Água



Energia Elétrica



Papel



Copos Plásticos



Combustível



Passagem Aérea

A concessão ocorreu um ano após a DPMT aderir ao protocolo que permite o monitoramento mensal dos seis principais gastos de custeio da Instituição, que mais geram resíduos. O foco do programa é modelar hábitos de consumo de órgãos públicos a práticas de gestão ambientalmente sustentáveis.

Segundo a Administração Superior, que comemorou a certificação, os benefícios do Sistema de Monitoramento Socioambiental (Ressoa), banco de dados online do A3P, são norteadores.

A Defensoria pode agora monitorar, mês a mês, o aumento ou a diminuição dos itens cadastrados e definir estratégias racionais e eficazes dos gastos públicos, além de identificar gargalos de consumo. O Ressoa permite também acompanhar o resultado das medidas adotadas.



CONCURSOS E SELEÇÕES DA DPMT PASSAM A TER RESERVA DE 20% DAS VAGAS PARA NEGROS E 5% PARA ÍNDIOS



Por meio da Resolução 140/2021, a Defensoria passou a reservar o percentual de 20% das vagas ofertadas em concursos públicos e seleções para negros (pardos, pretos e quilombolas) e 5% para índios, em certames para escolha de membros, servidores e estagiários.

Os dois concursos em andamento, para servidores efetivos e defensores de 1ª classe, já seguiram essa determinação de cotas.

A medida estabelecida pelo Conselho Superior entrou em vigor em julho do ano passado, por um prazo de dez anos, prorrogável por igual período.



GESTÃO FUNCIONAL EFETUA 1º RECADASTRAMENTO DE MEMBROS E SERVIDORES

A Gestão Funcional da DPMT efetuou este ano a primeira atualização cadastral de dados de membros e servidores do órgão, por meio de um formulário virtual do Google. O processo de recadastramento funcional, obrigatório, foi encerrado em agosto.

O recadastramento foi regulamentado pela Resolução 16/2022. Conforme o documento, o procedimento busca estabelecer a atualização de dados periódica e obrigatória, com o objetivo de corrigir, atualizar e ampliar informações de natureza pessoal e funcional, com foco na eficiência, transparência e moralidade da administração pública.

O procedimento será feito uma vez ao ano, sempre no mês de julho ou agosto, pela Coordenadoria de Gestão Funcional. Devem responder aos questionamentos: os ocupantes de cargos públicos civis, os exclusivamente comissionados, os requisitados, os cedidos, os afastados ou licenciados.

A coordenadora do setor, Karise Crivelli, detalha que em 2019, quando assumiu a função, foi feito um trabalho de revisão nas documentações dos servidores comissionados. Com a implantação de novas metodologias de trabalho, a equipe percebeu a necessidade de atualizar os cadastros, com dados de maior relevância para a Instituição, tanto para fins legais quanto para a qualidade de vida e segurança dos membros e servidores.



“A atualização servirá, por exemplo, para podermos mensurar os possíveis pedidos de aposentadoria, com objetivo de reserva orçamentária e distribuição de trabalho. Além disso, ter telefone de emergência é algo necessário, em caso de precisar entrar em contato com a família do servidor por questões de segurança e saúde. E, com as informações solicitadas, podemos traçar o perfil, o rosto da Instituição, quantas são mães, pais etc. E, assim, sermos mais assertivos nas ações de melhoria da qualidade de vida”

**Karise Crivelli, coordenadora da
Gestão Funcional**

DEFENSORIA DE MT É A ÚNICA DO CENTRO-OESTE A RECEBER O SELO OURO DE COMBATE AO RACISMO



Em pouco tempo, a Defensoria passou de um órgão que não tinha qualquer política sobre o tema para receber o “Selo Ouro Esperança Garcia - Por uma Defensoria Antirracista”, premiação criada pelo Conselho Nacional das Ouvidorias Públicas para reconhecer Defensorias que têm políticas de equidade racial e ouvidorias externas.

Já detentora do selo prata, a Defensoria Pública de Mato Grosso recebeu o selo ouro antirracista no dia 9 de novembro de 2022, em

Goiânia, em Goiânia (GO), durante o XV Congresso Nacional das Defensoras e Defensores Públicos (Conadep).

Com isso, a DPMT é a única Defensoria Pública da região Centro-Oeste a ostentar a premiação mais alta de combate ao racismo do Conselho Nacional das Ouvidorias.

As Defensorias do Pará, Rio Grande do Sul, Rio de Janeiro, São Paulo, Bahia, Maranhão, Ceará e Piauí também receberam o selo ouro.



O selo é uma homenagem a Esperança Garcia, uma mulher negra, escravizada, autora de uma carta escrita ao governador do Piauí, em 1770, que contava sobre uma série de maus-tratos praticados pelo administrador da fazenda onde vivia, algo que a fez ser reconhecida em 2017 como a primeira advogada do estado pela seccional piauiense da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB).

O selo é concedido em três categorias: ouro, prata e bronze. A DPMT já tinha recebido o selo prata por preencher três dos oito requisitos para fomentar estratégias de intervenção na ordem de exclusão política e social das pessoas não-brancas, especialmente no Sistema de Justiça.

A Defensoria Pública de Mato Grosso segue avançando na luta antirracista.

DPMT JÁ TEM

- Conselho Superior que estabelece equidade étnico- racial interna;
- Censo com levantamento étnico-racial de defensores, servidores e demais funcionários;
- Política de cotas para concursos;
- Paridade de gênero em banca examinadora de concurso;
- Reserva de vagas para estagiários com deficiência;
- Ao menos 10% dos cargos da Administração Superior ocupados por mulheres.

DEFENSORIA CONTRATA E PROMOVE REINSERÇÃO SOCIAL DE REEDUCANDOS DA FUNDAÇÃO NOVA CHANCE



Atualmente, 27 reeducandos trabalham na Defensoria Pública de Mato Grosso por meio de um termo de cooperação feito com a Fundação Nova Chance (Funac), instituição do Governo do Estado que promove a reinserção social de pessoas privadas de liberdade.

Os recuperandos atuam na sede do órgão, no Centro Político Administrativo de Cuiabá, e nos Núcleos espalhados pela capital e também no interior, como em Água Boa, Mirassol D'Oeste e Rondonópolis.

A mão de obra dos reeducandos, em

cumprimento de pena no regime semiaberto ou fechado, é aproveitada para a prestação de serviços gerais e administrativos na Defensoria, com o intuito de proporcionar condições visando a harmônica integração social, educativa e produtiva dos trabalhadores.

O termo de cooperação foi assinado em novembro de 2020 e tem validade de 60 meses (até 2025), podendo ser prorrogado por acordo entre as partes mediante termo aditivo.

DEFENSORIA DESENVOLVE PROJETO-PILOTO DE MONITORAMENTO DO SISTEMA CARCERÁRIO



O projeto-piloto “Alerta 180”, instituído pela Resolução 012/2022/DPG, foi desenvolvido para monitorar detentos provisórios que permanecem por 45, 90, 180 dias ou mais nas unidades prisionais do Estado e, assim, coibir irregularidades.

Concebido pela Corregedoria-Geral e Unidade de Inteligência e Segurança Institucional (UI SI), diante da necessidade da atuação estratégica da Defensoria Pública junto ao sistema penitenciário, o projeto tem o intuito de produzir dados estatísticos e conhecimento, a fim de subsidiar decisões da Administração Superior, bem como promover resultados práticos e positivos aos reeducandos.

A proposta possibilita que a DPMT planeje e controle o trabalho de defesa da população carcerária em Mato Grosso, por meio do cruzamento de dados.

Monitorar o tempo de prisão dos que ainda não foram condenados; criar um banco de dados sobre a população carcerária assistida; auxiliar o trabalho dos defensores que fazem o atendimento nas unidades prisionais; agilizar

o fluxo de dados entre a Defensoria e o sistema prisional; acompanhar a entrada, saída e transferência dos reeducandos; localizar presos e, por fim, subsidiar os membros com análise de informações para possíveis ações estão entre os objetivos do projeto.

De início, o acompanhamento de entrada e saída de detentos começou em oito das 45 unidades penais do Estado, cinco femininas e três masculinas. Hoje, 44 unidades prisionais são monitoradas.

Ao todo, 1.556 presos, das 11.726 pessoas privadas de liberdade que deram entrada nas unidades prisionais do Estado, já foram acompanhadas pelo projeto. Atualmente, 304 reeducandos são monitorados pelo Alerta 180 – presos provisórios e assistidos da Defensoria Pública.

Em 2022, conforme dados da Secretaria

Estadual de Segurança Pública (Sesp-MT), o número de reclusos diminuiu – são 11.106 presos, entre homens e mulheres. A capacidade total é de 10.203 vagas no sistema prisional.

1.556
presos
provisórios
já foram
acompanhados
pel o projeto

CRESCIMENTO DE 98%

DEFENSORIA ATENDEU MAIS DE 559 MIL PESSOAS (16% DE TODA A POPULAÇÃO DE MT) EM UM ÚNICO ANO



Diante do agravamento da crise sanitária, econômica e social no país, em virtude da pandemia de Covid, que já vitimou mais de 688 mil pessoas e registrou mais de 34 milhões de casos (até 09/11/2022), resultando em um recorde de desempregados (abril/2021), a Defensoria presenciou um crescimento exponencial da procura pelos seus serviços em Mato Grosso.

Em 2021, mais de 559 mil cidadãos receberam assistência jurídica gratuita do órgão, um salto exponencial de 98% no comparativo com 2020, quando 280 mil pessoas foram atendidas.

Para se ter uma ideia da magnitude desses números, Mato Grosso tem uma população estimada de 3.567.234 pessoas, segundo dados de 2021 do IBGE. Portanto, a Defensoria Pública atendeu cerca de 16% de toda a

população do estado, ou seja, uma a cada seis pessoas, em um único ano.

No tocante aos procedimentos totais, incluindo atendimentos, andamentos processuais, iniciais, recursos, audiências, medidas de emergência e atividades extrajudiciais, a Instituição realizou mais de 900 mil procedimentos, um crescimento de 84% em relação ao ano anterior (509 mil). Os dados são da Corregedoria-Geral da DPMT.

“Em 2021, a Defensoria Pública de Mato Grosso atendeu mais de meio milhão de pessoas, mesmo com todas as restrições impostas pela pandemia, e mesmo sem ainda estar presente em todas as comarcas. Isso apenas confirma o quanto a Instituição é essencial para a população deste Estado, sobretudo para a parcela mais vulnerável, e o quão urgente é expandir o seu alcance para que seja possível o atendimento a todos os municípios”, ressaltou o defensor público-geral, Clodoaldo Queiroz.

Desde a suspensão do atendimento presencial, em março de 2020, a Defensoria Pública abriu diversos canais de atendimento à população – telefone (os fixos foram todos substituídos por celulares em março de 2021), atendimento online (abril de 2020), e WhatsApp (incluindo a implantação do número único de atendimento via chatbot, em setembro deste ano).

*Em 2021, Defensoria
atendeu mais de
559 mil
cidadãos,
equivalente a cerca de 16%
de toda a população de
Mato Grosso*

Os servidores voltaram ao trabalho presencial em setembro e o atendimento ao público foi retomado em novembro do ano passado. Inicialmente, os atendimentos eram agendados, mas os Núcleos da Defensoria já funcionavam de portas abertas, atendendo imediatamente os casos urgentes, mesmo sem agendamento, principalmente ações na área da saúde, pedidos de liberdade, busca e apreensão, entre outras.



ATENDIMENTOS EM 2021

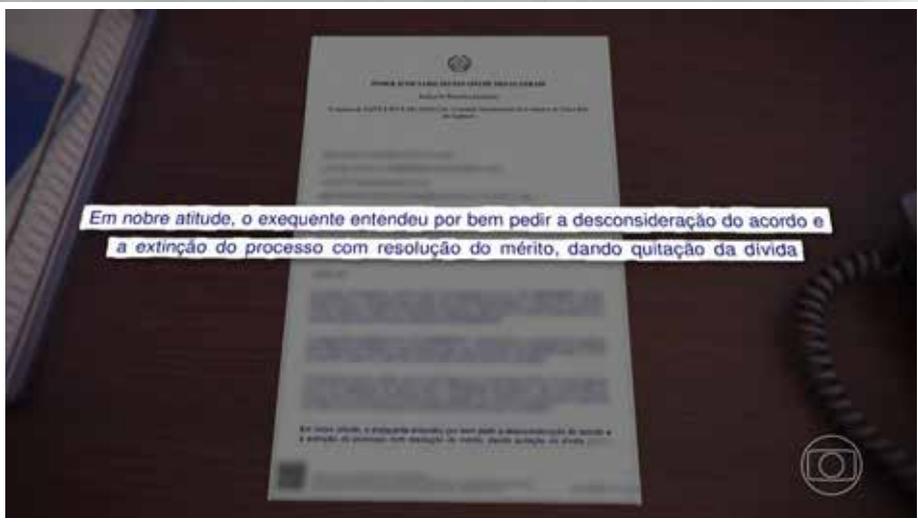




Reportagem exibida pelo MT2, da TV Centro América, no dia 26 de outubro



Sr. Francisco Oliveira, em vídeo gravado por um assessor jurídico da DPMT em Dom Aquino, que levou ao perdão da dívida



Caso foi destaque no fechamento do Jornal Nacional, da Rede Globo, no dia 28 de outubro

APÓS ATUAÇÃO DA DEFENSORIA, IDOSO DE DOM AQUINO TEM DÍVIDA PERDOADA E CASO GANHA REPERCUSSÃO NACIONAL

Uma história comovente e com um final surpreendente. Aos 75 anos, Francisco Silva de Oliveira, que mora em uma casa emprestada por familiares na Vila Operária, no município de Dom Aquino (172 km de Cuiabá), ficou cinco meses sem receber a aposentadoria, por causa de uma dívida de R\$ 681,25 – valor de uma imagem de Nossa Senhora Aparecida que ele pediu para uma irmã comprar pela internet há dois anos.

Devido à execução da cobrança da dívida, em abril, a conta bancária do sr. Francisco ficou bloqueada. Ele contou com a ajuda da irmã e vizinha, Francisca Chagas de Oliveira, nesse período em que ficou sem dinheiro.

Hoje, a santa nem está mais na casa do idoso. Ele deu de presente a um amigo. “É uma imagenzinha da santa, elétrica, que coloca as pilhas e ela reza sozinha. O primeiro boleto, essa minha irmã que fez o pedido, eu dei o dinheiro pra ela pagar, mas chegou lá, o banco não quis receber”, contou o aposentado.

O sr. Francisco foi ao banco, mas não conseguiu efetuar o pagamento, depois foi ao Fórum de Dom Aquino e de Jaciara, mas não foi possível resolver o problema. Foi então que, com a ajuda da irmã, procurou a Defensoria Pública.

O defensor público Valdenir Luiz Pereira, lotado em Rondonópolis, mas que atua também em Dom Aquino, descobriu que se tratava de uma execução proveniente de um juízo do estado de Minas Gerais.

“O nosso assistente jurídico, ao atendê-lo e vendo a situação de vulnerabilidade, vendo sua deficiência visual e auditiva, procurou gravar aquele momento”, relatou o defensor.

No vídeo, fica nítida a dificuldade do idoso em ouvir e ler. A situação comoveu o credor. Após receber o vídeo do seu advogado,

entendeu que aquele valor era muito mais útil ao idoso do que para ele, e abriu mão da cobrança.

Diante disso, o advogado do credor fez uma petição desistindo da cobrança e noticiando o fato ao juiz, solicitando a devolução do valor para a conta do idoso.

O Poder Judiciário de Minas Gerais reconheceu o acordo, extinguiu o processo e determinou o desbloqueio dos valores da conta do sr. Francisco. Na decisão, o juiz destacou a atitude solidária do credor, que reconheceu as limitações do idoso.

No dia 26 de outubro, a TV Centro América, afiliada da TV Globo em Mato Grosso, contou a história do sr. Francisco no MT2. A apresentadora Luzimar Collares não escondeu a emoção, ao vivo, logo após a exibição da matéria.

“Como não ficar emocionada com uma história dessas, né gente? Uma história que mostra como as coisas podem ser diferentes quando há empatia, conciliação, pacificação, algo tão necessário pra gente nos dias de hoje”, declarou a apresentadora.

O caso ganhou grande repercussão e, no dia 28, a história foi exibida no encerramento do Jornal Nacional, da Rede Globo, minutos antes do último debate presidencial do segundo turno entre os candidatos Lula e Jair Bolsonaro.

Com a dívida perdoada, e a conta desbloqueada, agora tudo o que sr. Francisco quer é continuar vivendo com fé e dignidade. “Com fé em Deus e Nossa Senhora, e todos os santos, eu vou dormir sossegado agora”.

A resolução do caso do sr. Francisco só foi possível graças à expansão da Defensoria nos últimos quatro anos – Dom Aquino é um dos 30 novos municípios que passaram a contar com o atendimento da DPMT desde 2019.

DPMT FIRMA 90 CONVÊNIOS E TERMOS DE COOPERAÇÃO COM DIVERSOS ÓRGÃOS PÚBLICOS E PRIVADOS

Com o intuito de melhorar a eficiência administrativa, estrutura, consolidar compromisso ambiental e expandir o atendimento, a Defensoria Pública firmou 90 instrumentos de convênio e cooperação, incluindo cessão, doação, mutirão, entre

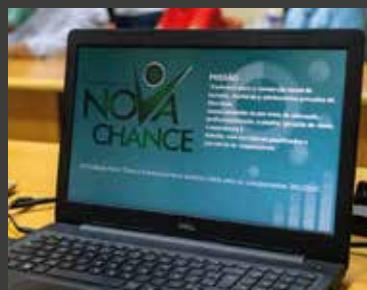
outros, com órgãos ambientais, entidades privadas, instituições municipais, estaduais e federais nos últimos quatro anos – 54 em 2019, nove em 2020, 23 em 2021 e quatro em 2022. Os dados são da Coordenadoria de Gestão de Convênios e Parcerias.

CONFIRA ALGUNS DOS PRINCIPAIS CONVÊNIOS FIRMADOS NOS ÚLTIMOS QUATRO ANOS:



2019

- Projeto Livro que Livra
- Inteligência (Abin)
- Mediação e Conciliação de Conflitos (Nupemec – TJMT)
- Associação de Catadores de Reutilizáveis e Recicláveis (Asmats)
- Projeto Multição



2020

- Van dos Direitos
- Segurança da sede e dos Núcleos
- Termo de adesão à Rede TransformaGov
- Programa Agenda Ambiental na Administração Pública (A3P)
- Mutirão Rural
- Plano Estadual de Resíduos Sólidos (PERS)
- Termo Aditivo ao Termo de Cooperação Técnica (Condege)
- Fundação Nova Chance – regime fechado e semiaberto

CONFIRA ALGUNS DOS PRINCIPAIS CONVÊNIOS FIRMADOS NOS ÚLTIMOS QUATRO ANOS:



2021/2022



- Termos de cessão de uso de salas nos Fóruns (TJMT)
- Termos aditivos a termo de cessão de uso (Prefeituras Municipais e TJMT)
- Cessão de imóvel (Prefeitura de Vera)
- Compartilhamento de atividades de formação e capacitação funcional – Escola Superior da Magistratura de Mato Grosso (Esmagis-MT)
- Canal de comunicação visando encontrar soluções dos conflitos por conciliação e mediação (Unimed)
- Cessão do Espaço Cidadania João Paulo II (ALMT)

DEFENSORES E SERVIDORES AGORA PODEM ADERIR AO MT SAÚDE

Os defensores e servidores públicos, efetivos e comissionados, podem agora aderir ao plano de assistência à saúde oferecido pelo Governo do Estado – o Mato Grosso Saúde (MT Saúde).

Os dois planos disponíveis (padrão e especial) podem ser contratados por valores que variam de R\$ 110,58 a R\$ 783,05 de acordo com a faixa etária e a categoria, por ativos e inativos.

Além dos membros e servidores, os planos também podem ser feitos para dependentes e agregados. O acesso ao plano foi garantido por meio do Convênio 02/2021, assinado no final do ano passado entre a DPMT e o MT Saúde. O prazo de duração do convênio é de um ano, prorrogável por mais cinco anos.



AUXÍLIO GRATUITO NO CADASTRO DA VACINAÇÃO CONTRA COVID, EM CUIABÁ

O auxílio para o cadastro da vacinação contra a Covid-19, realizado pela Defensoria no ano passado, foi selecionado para concorrer ao Prêmio Innovare 2021, iniciativa que promove as boas práticas criadas por profissionais da área jurídica para tornar a justiça mais ágil e acessível à população.

A Instituição efetuou mais de 1.500 atendimentos entre abril e junho, sendo que 109 realizaram o cadastro da vacinação e 105 cidadãos foram efetivamente vacinados.

Somente no primeiro dia de atendimento, 270 pessoas receberam auxílio para preencher o formulário da Prefeitura de Cuiabá para ingressar na fila de acesso ao imunizante.

A iniciativa surgiu diante da dificuldade de acesso ao sistema de cadastramento exigido para a vacinação pela Prefeitura, o que levou a Defensoria a disponibilizar esse serviço gratuito às pessoas com dificuldade de acesso a recursos tecnológicos, como explicou a defensora Maria Luziane Ribeiro de Castro, idealizadora do projeto.

O serviço gratuito funcionou de segunda a sexta-feira, das 12h às 18h, por meio de dois celulares da Secretaria Executiva de Administração (SEA) que recebiam ligações, inclusive a cobrar, além de mensagens por WhatsApp e SMS.

Além de auxiliar no preenchimento do cadastro para a vacinação, a Defensoria também levou mais de 15 cidadãos, que não tinham condições de pagar um táxi, aplicativo ou mesmo transporte público, aos postos de vacinação da capital.





PANT



GAEDICS AMPLIFICAM ALCANCE DA ATUAÇÃO ESTRATÉGICA E COLETIVA DA DEFENSORIA

A atual gestão inovou, criando seis Grupos de Atuação Estratégica em Direitos Coletivos (Gaedics) entre 2019 e 2020 nas seguintes áreas: Saúde, Educação, Sistema Prisional, População em Situação de Rua, Diversidade Sexual e Catadores de Materiais Recicláveis.

Em dezembro de 2021, foi criado o grupo para atuar na defesa das mulheres (Gaedic Mulher). Atualmente, os grupos de educação e diversidade sexual não estão em funcionamento.

O intuito dos Gaedics é atuar de forma planejada, em todo o estado, em temas que atendam de forma coletiva os grupos socioeconomicamente mais vulneráveis. Foi com essa proposta que nasceram os primeiros Gaedics, em outubro de 2019.

De lá para cá, os Gaedics evoluíram, ganharam corpo e se tornaram instrumentos essenciais para a atuação estratégica e coletiva em prol das pessoas em situação de vulnerabilidade.

GAEDICS CRIADOS ENTRE 2019 E 2021

2019/2020

Saúde
Educação
Sistema Prisional
População em Situação de Rua
Diversidade Sexual
Catadores de Materiais Recicláveis

2021

Mulher



INCLUSÃO DE GRÁVIDAS E PUÉRPERAS NO GRUPO PRIORITÁRIO DE VACINAÇÃO CONTRA COVID

Em maio do ano passado, o Gaedic Saúde enviou um ofício aos prefeitos dos 141 municípios mato-grossenses recomendando a inclusão das gestantes e puérperas (mulheres até 45 dias depois do parto) no grupo prioritário de vacinação contra a Covid-19.

A recomendação da Defensoria Pública, muito elogiada pelas gestantes e puérperas de todo o estado, acabou sendo adotada por muitos gestores municipais.



MAIS TRANSPARÊNCIA PARA EVITAR “FURA-FILA” NA APLICAÇÃO DE VACINAS



Em janeiro de 2021, o Gaedic enviou um ofício recomendatório ao secretário estadual de Saúde, Gilberto Figueiredo, solicitando a adoção de medidas para assegurar que os grupos prioritários de vacinação, principalmente os profissionais da saúde, recebessem a primeira dose da CoronaVac, conferindo transparência ao processo e evitando o chamado “fura-fila” na aplicação das vacinas contra a Covid-19 no estado.

O Gaedic traçou uma série de orientações à Secretaria Estadual de Saúde, como, por exemplo, informar a Defensoria Pública sobre o quantitativo exato de doses recebidas, divulgar a lista dos profissionais da saúde imunizados, disponibilizar um painel de informações de fácil consulta para dar transparência à vacinação, entre outras providências.

NO AUGUE DA PANDEMIA, LEITOS DE UTI FORAM REABILITADOS E OXIGÊNIO MEDICINAL FOI FORNECIDO PELA UNIÃO



Março de 2021 foi o mês da pandemia com mais mortes em Mato Grosso, 1.843 óbitos. Com o agravamento da pandemia, esse foi também o período de atuação mais contundente do Gaedic e de todos os defensores na área da saúde.

Foram 80 ações nos três primeiros meses do ano, sendo 75 pedidos de leitos de UTI e 5 ações diversas, como medicamentos, testes, entre outros, sendo que 72 casos ocorreram apenas de 12 a 31 de março.

No dia 22, a DPMT e a DPU ingressaram na Justiça para que a União para que União fornecesse oxigênio a 28 municípios na região Norte com risco de falta de oxigênio medicinal.

O pedido foi acatado pela Justiça Federal no dia seguinte, determinando que a União providenciasse imediatamente a logística necessária para o envio de oxigênio a Mato Grosso.

No dia 28, aviões da Força Aérea Brasileira (FAB) levaram 340 cilindros de oxigênio a Sinop, onde foram armazenados e depois distribuídos aos municípios da região Norte.

A atuação da Defensoria de Mato Grosso em conjunto com a Defensoria da União, teve destaque nacional, e evitou a morte de pacientes por falta de oxigênio no estado, como ocorreu em Manaus, onde mais de 60 pessoas morreram devido à escassez de oxigênio medicinal.

GAEDIC MULHER

GAEDIC MULHER SOLICITOU AO ESTADO IMPLANTAÇÃO DO PROTOCOLO DE FEMINICÍDIO EM MATO GROSSO

Com o intuito de combater todo tipo de violência contra a mulher, a Defensoria criou, em janeiro de 2021, o Grupo de Atuação Estratégica em Direitos Coletivos para atuar na defesa das mulheres – Gaedic Mulher.

Em dezembro passado, o Gaedic Mulher enviou um ofício ao governador Mauro Mendes e ao secretário estadual de Segurança Pública, Alexandre Bustamante, solicitando a implantação do protocolo de feminicídio em Mato Grosso, uma ação conjunta de instituições e poderes, que já existe em outros estados, com reuniões mensais para a

prevenção desse tipo de crime.

Por enquanto, está em processo de implantação apenas o protocolo de atendimento aos órfãos e outras vítimas indiretas dos crimes de feminicídio. Em outubro, os integrantes da Câmara Temática de Defesa da Mulher, da qual a defensora Rosana Leite faz parte, apresentaram ao secretário-adjunto de Segurança Pública, coronel Juliano Chirolí, o modelo do Formulário de Informações de Vítimas Indiretas (FIVI) e a cartilha que orienta o atendimento.

AÇÃO DE COMBATE À VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER NAS RUAS E COMÉRCIOS DE RONDONÓPOLIS



Em março deste ano, a Defensoria participou de uma ação de combate à violência contra a mulher nas ruas e comércios de Rondonópolis, ocasião em que foi distribuída a cartilha elaborada pelo Gaedic Mulher sobre as consequências da violência de gênero.

O objetivo da campanha foi convidar os motoristas e pedestres que passavam pela avenida Marechal Rondon, esquina com a avenida Dom Pedro, a refletir sobre as consequências da violência contra a mulher.

“A nossa cartilha é bem didática e explicativa. Nela, há a descrição de todas as formas de violência contra a mulher e quais os meios que a vítima possui para sair desse círculo de violência”, afirmou a defensora Tathiana Franco, que participou da ação.

O trabalho de conscientização da população foi desenvolvido pela Secretaria Municipal de Saúde e contou também com a participação da Polícia Civil, Polícia Militar, Conselho da Mulher e outras entidades de apoio.

GAEDIC CATADORES DE RECICLÁVEIS

GAEDIC VIABILIZA ACORDO PARA INCLUIR CATADORES NA COLETIVA SELETIVA DE PORTO ALEGRE DO NORTE



O Gaedic Recicláveis assinou um acordo entre a Prefeitura de Porto Alegre do Norte (1.143 km de Cuiabá) e um grupo de catadores de recicláveis locais, em outubro, para que eles sejam incluídos no processo de transição para a coleta seletiva, movimento que avança no município. O acordo foi assinado após intervenção da Defensoria Pública com apoio do Ministério Público Estadual.

No documento, o prefeito Daniel Rosa do Lago se comprometeu a fazer a inclusão socioprodutiva do grupo composto por 12 famílias, cedendo um galpão para que eles possam trabalhar, um caminhão com motorista, para que possam fazer o trabalho de coleta em pontos da cidade, uma prensa e auxílio técnico para que os catadores consigam formalizar a atividade.

A defensora que coordena o Gaedic e atua na comarca de Mirassol D'Oeste, Carolina Renée Weitkiewic, esteve no local e, após uma

longa reunião com o prefeito, a promotora Roberta de Souza, o procurador municipal Douglas Cerezini e os catadores Kaio dos Santos e Diego de Sales, informou que o acordo foi fechado com a colaboração importante do Executivo Municipal.

A Prefeitura ainda se comprometeu a fornecer kits de equipamentos de proteção individual (EPIs) no prazo de 20 dias. Esses kits são compostos por luvas, botas, máscaras, e outros itens.

“Estamos muito satisfeitos com o acordo e acredito que, para além dos catadores, a oficialização desse documento será benéfico para toda a população local, que poderá colaborar com a limpeza da cidade, a criação de empregos e para o reconhecimento do trabalho desses profissionais, que ajudam na redução da produção de lixo, gerando renda”, pontuou a defensora.

GAEDIC CATADORES DE RECICLÁVEIS

APÓS ATUAÇÃO DO GAEDIC, PREFEITURA FIRMA TERMO DE COOPERAÇÃO E PAGA CATADORES POR COLETA SELETIVA EM ÁGUA BOA

Após uma luta de aproximadamente três anos, com o apoio da Defensoria, os catadores de materiais recicláveis de Água Boa (741 km de Cuiabá) obtiveram uma importante conquista: a implantação de um projeto-piloto de coleta seletiva no município, em 2021, incluindo o pagamento de R\$ 12 mil aos catadores em duas parcelas, beneficiando diretamente 12 famílias que vivem da atividade.

A Prefeitura de Água Boa firmou um termo de cooperação com a Associação de

Catadores de Materiais Recicláveis do Araguaia – ACAMARA, com a intermediação do Gaedic Catadores, para implementar um projeto-piloto de coleta seletiva no município.

O projeto teve início com a coleta seletiva em três bairros de Água Boa – Tropical, Setor Norte e Universitário, incluindo a educação e conscientização ambiental porta a porta, realizada pelos catadores com o apoio logístico da Prefeitura, que disponibilizou sacos próprios para a coleta nas residências e folhetos informativos.

APÓS SOLICITAÇÃO DO GAEDIC, PREFEITURA EFETUA RECADASTRAMENTO E CÂMARA APROVA AUXÍLIO DE R\$ 500 PARA CATADORES DE RECICLÁVEIS E CARROCEIROS EM CUIABÁ

Após atuação do Grupo de Atuação Estratégica em Direitos Coletivos (Gaedic) em defesa dos Catadores de Recicláveis, a Prefeitura de Cuiabá realizou o cadastramento dos catadores no Aterro Sanitário da capital e a Câmara de Vereadores aprovou, no início de dezembro do ano passado, o projeto de lei que estabelece o auxílio de R\$ 500, em três parcelas, a 375 trabalhadores.

O Gaedic enviou um ofício recomendatório ao prefeito de Cuiabá, Emanuel Pinheiro, com o objetivo de garantir a subsistência e a segurança dos trabalhadores.

Dos 375 beneficiados, 342 são trabalhadores da coleta seletiva de resíduos e outros 33 desenvolvem atividades por meio do transporte de carga por tração animal. O auxílio faz parte do programa “Renda Solidária II, Cuidando da Gente”.



GAEDIC POP RUA

GAEDIC POP RUA LUTA PELA DIGNIDADE DA POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA, QUE CRESCE A CADA DIA



De acordo com um levantamento da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), de abril de 2021, atualmente há 2.631 pessoas em situação de rua em Mato Grosso, sendo 656 apenas em Cuiabá, com base nos dados do Cadastro Único para Programas Sociais (Cad Único).

Nesse cenário desolador, o Grupo de Atuação Estratégica de Direitos Coletivos da População em Situação de Rua (Gaedic Pop Rua) vem atuando incansavelmente para preservar a dignidade da pessoa humana de quem hoje vive nas ruas, principalmente nas maiores cidades do estado.

JUSTIÇA DETERMINA SUSPENSÃO DE FINANCIAMENTO FEDERAL DE COMUNIDADES TERAPÊUTICAS E DESLIGAMENTO DOS ADOLESCENTES ACOLHIDOS

Em julho do ano passado, após ação civil pública (ACP) ingressada pelo Gaedic Pop Rua, em conjunto com DPU e outras quatro Defensorias Públicas Estaduais (PE, RJ, SP e PR), em face da União, a Justiça determinou a suspensão de todos os financiamentos federais destinados ao atendimento de adolescentes em comunidades terapêuticas e o desligamento de todos os acolhidos no prazo de 90 dias.

Na ACP, as Defensorias Públicas Estaduais e da União requisitaram a declaração da

ilegalidade da Resolução do Conselho Nacional de Políticas sobre Drogas (Conad), assim como de todos os contratos, convênios e termos de parcerias realizados para o custeio de vagas para adolescentes em comunidades terapêuticas.

“Essa decisão representa uma grande vitória para a Defensoria Pública, mas principalmente para os adolescentes em situação de rua”, afirmou o defensor Luiz Brandão, coordenador do Gaedic.

DEFENSORIA RECOMENDA CAPACITAÇÃO DA POLÍCIA E INVESTIGAÇÃO DE CASOS DE VIOLÊNCIA CONTRA PESSOAS EM SITUAÇÃO DE RUA EM CUIABÁ



Em outubro deste ano, a Defensoria Pública de Mato Grosso, a Defensoria Pública da União e a Ouvidoria-Geral de Polícia de Mato Grosso enviaram uma recomendação ao secretário estadual de Segurança Pública, Alexandre Bustamante, e ao comandante da Polícia Militar, coronel Alexandre Mendes, para a adoção de medidas visando impedir atos de violência contra a população de rua praticados por policiais em Cuiabá, além da investigação dos responsáveis pelas violações.

Em setembro, a DPMT e a DPU iniciaram uma atividade conjunta denominada Ronda de Direitos Humanos (Ronda DH), na capital, com o intuito de monitorar as violências sofridas pela população em situação de rua e garantir o acesso a direitos.

Segundo o ofício recomendatório, com menos de dois meses de atividade nas regiões do Beco do Candeeiro, Praça Ipiranga, Praça do Porto e Rodoviária, foram recebidas

diversas denúncias acerca de violência por parte de policiais militares.

As violências reportadas pelas pessoas em situação de rua incluem agressões físicas com uso de pedra, pedaço de madeira, cassetete, violência moral e verbal, proibição de permanecer em espaços públicos, além da destruição de pertences e documentos particulares.

No dia 18, um dia após a última ronda, chegou ao conhecimento da Defensoria que policiais militares teriam atado fogo em pessoas que vivem na região do Beco do Candeeiro, sendo uma das vítimas hospitalizada com diversas queimaduras pelo corpo.

“Constatada a existência de violência sistemática contra pessoas em situação de rua, que pareceu ser intensificada após a ronda de direitos humanos, expedimos recomendação para a Secretaria de Segurança Pública e para o comando da Polícia Militar de Mato Grosso visando a prevenir novas violações de Direitos Humanos e investigar os fatos ocorridos”, afirmou uma das defensoras que participou da ação.

Defensores e servidores públicos foram ao Hospital Municipal de Cuiabá (HMC) e tomaram o depoimento da vítima, que afirmou que foi agredida em função das denúncias que fez contra os agentes de segurança pública.

Além da instauração de procedimentos para apurar violações de Direitos Humanos nas abordagens policiais em Cuiabá, as instituições recomendaram aos órgãos de segurança que realizem capacitação e orientação direcionada aos agentes públicos da área, com o intuito de coibir atos violentos.

GAEDIC DIVERSIDADE

GAEDIC DIVERSIDADE ATUOU FORTEMENTE NA DEFESA DOS DIREITOS DA POPULAÇÃO LGBTQIA+



Em tempos de crescimento da intolerância e da violência de gênero, o Grupo de Atuação Estratégica Gênero (Gaedic Diversidade) da Defensoria Pública atuou fortemente na defesa da população LGBTQIA+ em todo o estado em 2021.

Após falas homotransfóbicas proferidas pelo padre da cidade de Tapurah, Paulo Antônio Muller, o Gaedic enviou um ofício à Diocese de Diamantino, em junho de 2021, cobrando providências.

O padre teria cometido o crime ao mencionar durante uma missa, de forma pejorativa e discriminatória, a declaração amorosa do repórter da Globo, Pedro Figueiredo, feita ao companheiro, como exemplo do que vai contra o sacramento do

casamento para a Igreja Católica.

O Gaedic Diversidade também realizou diversas retificações extrajudiciais e judiciais de registro civil de pessoas transexuais, algo que transforma, literalmente, a vida desses cidadãos.

Além disso, atuou como *custus vulnerabilis* em um processo que tratava da negativa de cobertura de cirurgias relativas à transexualidade, com prospectivo reflexo coletivo tendo em vista a alegação, por parte de plano de saúde, de patologização da transexualidade.

Em dezembro passado, as atividades do Gaedic foram encerradas por meio de uma portaria publicada no Diário Oficial.

GAEDIC SISTEMA PRISIONAL

APÓS UM ANO E SETE MESES SEM VISITA, ATUAÇÃO DO GAEDIC GARANTE DIREITO AOS PRESOS DE MT



Um ano e sete meses após a suspensão das visitas aos presos de Mato Grosso e três meses após o Grupo de Atuação Estratégica do Sistema Prisional cobrar insistentemente um plano de retomada do acesso dos detentos aos seus familiares, o Estado apresentou as regras para permitir a visitação, em outubro de 2021.

Presos com uma dose da vacina puderam receber, a cada 15 dias, a visita de um parente, também vacinado. As regras passaram a valer após o Gaedic Sistema Prisional mobilizar outros órgãos e Poderes para garantir a solicitação das famílias dos encarcerados, que viam no avanço da vacinação e na redução das mortes e internações por Covid motivos para a revisão das medidas sanitárias.

O coordenador do Gaedic na época, defensor André Rossignolo (atualmente o coordenador é o defensor Paulo Marquezini), explicou que em várias ocasiões, ao longo dos três meses, cobrou do Estado um plano de retomada das visitas, por meio de ofícios. Os documentos levavam em conta que todos os

presos do sistema já haviam tomado ao menos uma dose da vacina e que, a cada dia, as estatísticas indicavam o recuo da doença.

O sistema prisional de Mato Grosso abriga uma população flutuante de 11 mil detentos que estavam sem contato com familiares desde março de 2020, no início da pandemia.

Naquele mês, o Ministério da Saúde determinou a suspensão das atividades com potencial de transmissão do vírus em massa e, desde então, os presos foram mantidos isolados.



APÓS MUTIRÃO E INSPEÇÃO, DEFENSORIA SOLICITOU INTERDIÇÃO PARCIAL DA PCE EM 2019

Todos os 2,4 mil reeducandos da Penitenciária Central do Estado (PCE), maior presídio de Mato Grosso, foram ouvidos e tiveram seus processos revisados após a inspeção de uma comissão de defensores públicos, que encontrou irregularidades nas instalações físicas, no fornecimento de água, comida, além de insalubridade, tortura, maus-tratos e superlotação de 275% no local.

A PCE recebeu atenção especial da Defensoria Pública em 2019, quando várias intervenções foram feitas no local, incluindo a maior força-tarefa da história da Instituição para ouvir, atender, revisar processos e atualizar todos os condenados e provisórios detidos na época, sobre suas condições legais e as providências tomadas.



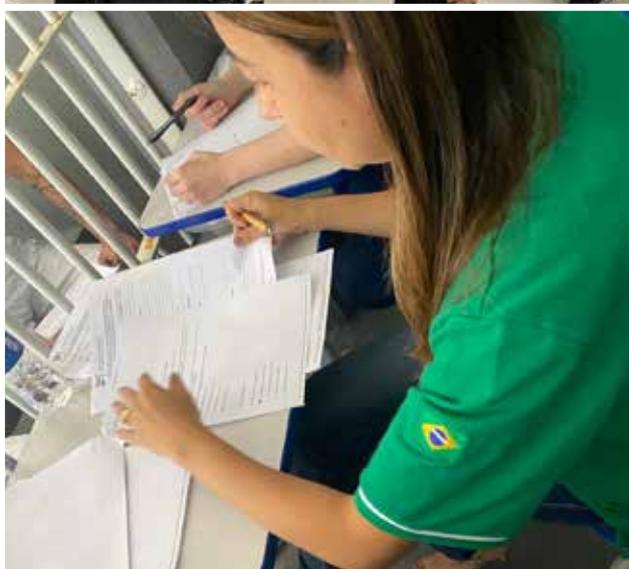
Em novembro daquele ano, a Defensoria chegou a pedir na Justiça a interdição parcial



da PCE e que a Secretaria de Estado de Segurança Pública (Sesp) mantivesse 1.228 presos no local, ou seja, o limite tolerável de superlotação em 137%, conforme determina a Resolução nº 5 do Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária do Ministério da Justiça.

A solicitação foi feita num "Pedido de Providências" assinado pelo Grupo de Atuação Estratégica em Direitos Coletivos do Sistema Carcerário (Gaedic), que havia sido recém-criado para atuar de forma estratégica na área.

PRIMEIRO MUTIRÃO DE REVISÃO PROCESSUAL DE 2022 COMEÇOU PELO PRESÍDIO FERRUGEM, EM SINOP, QUARTO MAIOR DE MT



A Defensoria realizou, em maio, um mutirão para análise, revisão processual e entrevistas com os 750 reeducandos do presídio Osvaldo Florentino Leite Ferreira, o “Ferrugem”, localizado em Sinop, 500 km de Cuiabá.

A primeira força-tarefa da natureza do ano foi organizada pela segunda subdefensora pública-geral, Gisele Chimatti Berna, para auxiliar nos trabalhos dos defensores locais, que não conseguem, sozinhos, atender à demanda.

Seis defensores, contando com Gisele, atuaram no mutirão com auxílio de uma equipe de seis servidores. Os defensores

avaliaram a vida processual de todos os presos, um por um, verificando a necessidade de adotar medidas jurídicas.

A segunda subdefensora integra a Comissão Permanente de Fiscalização do Sistema Penitenciário da Defensoria Pública de Mato Grosso.

No mutirão do Ferrugem, quarto maior presídio de Mato Grosso em lotação, abaixo apenas da PCE, do presídio de Rondonópolis e do Centro de Ressocialização de Cuiabá (CRC), atuaram os defensores Júlio Diniz, Sávio Ricardo Copetti, Ricardo Bosquesi, Leandro Jacometti e Alessandra Maria Ezaki.



EMOÇÃO E COMEMORAÇÃO MARCARAM O 1º MUTIRÃO DE RETIFICAÇÃO DO REGISTRO CIVIL DE PESSOAS TRANS



Com muita emoção e comemoração, ocorreu em maio o 1º Mutirão de Retificação de Registro Civil de Pessoas Trans, no Centro Cultural Casa das Pretas, na Praça da Mandioca, centro histórico de Cuiabá.

No evento, promovido pela Defensoria Pública, por meio do Balcão da Cidadania e do Núcleo de Defesa da Mulher (Nudem), em conjunto com movimentos sociais, 39 pessoas trans deram entrada no processo de mudança de nome e gênero na certidão de nascimento.

Após receber a orientação no mutirão, as pessoas trans puderam levar toda a documentação, já conferida, ao cartório (a retificação pode ser feita em qualquer tabelionato) para efetuar a alteração do nome e/ou do gênero. O prazo para a nova certidão ficar pronta varia, dependendo de onde foi feito o registro civil originalmente. O cartório vai avisar assim que o documento atualizado estiver disponível para ser retirado.

O mutirão contou com a presença do defensor-geral, Clodoaldo Queiroz, do corregedor-geral, Márcio Dorilêo, das defensoras Danielle Dorilêo, Rosana Leite, Olzanir Figueiredo Carrijo, Tânia Vizeu e Juliana Crudo, do ouvidor-geral, Cristiano Preza, além

de Jan Moura, secretário-adjunto da Secretaria de Estado de Cultura, Esporte e Lazer (Secel-MT), e diversos representantes de movimentos sociais que lutam pelos direitos das pessoas trans.

“Hoje, as pessoas têm a liberdade de escolherem os nomes pelos quais querem ser reconhecidas e os gêneros pelos quais se identificam, e têm o direito de registrar isso na sua certidão de nascimento. Esse direito foi reconhecido pelo Supremo Tribunal Federal”, explicou Queiroz, que concedeu uma entrevista direto do evento, ao vivo, para a TV Centro América.



Desde 2018, após decisão do Supremo Tribunal Federal (STF), o Conselho Nacional de Justiça (CNJ) determinou, por meio do Provimento 73, que os transgêneros podem fazer a troca de nome e gênero em sua documentação sem a necessidade de uma ação judicial. Também não é necessário ter feito cirurgia de redesignação sexual ou tratamentos hormonais.

Cartilha - Em maio, a Defensoria Pública lançou a Cartilha de Retificação de Registro Civil de Pessoas Trans, com o intuito de orientar os transgêneros sobre os procedimentos necessários para a alteração do nome e gênero em documentos.

A cartilha foi produzida devido ao aumento recente da procura por esse tipo de atendimento e também como preparação para o mutirão.



Baixe a cartilha!

EM IMAGENS



ENTREGUE POR MINISTRA, VAN DOS DIREITOS VIABILIZA ATENDIMENTO ITINERANTE DA DEFENSORIA



Em setembro do ano passado, a Defensoria recebeu a Van dos Direitos, em uma cerimônia marcada por muita emoção na sede do órgão, em Cuiabá.

“Não tem como fazer garantia de direitos sem a Defensoria Pública. Os defensores públicos são poucos e fazem milagres”, ressaltou Damares Alves, que na época era ministra da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos, e veio até Mato Grosso para a entrega da van.

Além da ministra, o evento contou também com a presença do defensor-geral, Clodoaldo Queiroz, do deputado federal Valtenir Pereira (defensor de carreira), da deputada estadual Janaína Riva, da desembargadora Maria Erotides Kneip e da secretária nacional de Proteção Global, Mariana Neris.

“Temos que ir atrás dessa população que não consegue chegar até nós. Atualmente, já atendemos pessoas nas comunidades ribeirinhas, quilombolas, assentamentos, pessoas em situação de rua e até mesmo embaixo de árvore, como já fizemos. Com o veículo, conseguiremos fazer isso de maneira digna e confortável, pois será possível sentar e convidar as pessoas para o atendimento com

privacidade”, afirmou Queiroz.

Os recursos para a aquisição da van foram oriundos de uma emenda parlamentar de 2018 do deputado Valtenir Pereira (MDB/MT), que é defensor público de carreira, no valor de R\$ 250 mil – o custo de aquisição do veículo foi de R\$ 195 mil.

“A Van dos Direitos é muito útil e estratégica para alcançar aquelas comunidades longínquas dos grandes centros e com difícil acesso à Justiça”, destacou Valtenir.

O furgão, que já vem sendo utilizado pela Defensoria para levar serviços jurídicos gratuitos à população socialmente vulnerável, nos rincões de Mato Grosso, conta com um elevador para o acesso de cadeirantes, gerador de energia, ar-condicionado, computador, impressora, mesa e cadeiras para o atendimento ao público.

Logo após a entrega, ainda em setembro, a van foi utilizada para levar assistência jurídica gratuita a 40 catadores de materiais recicláveis no Aterro Sanitário de Cuiabá, com a participação da defensora Kelly Monteiro e do primeiro subdefensor-geral, Rogério Borges Freitas.





DEFENSORIA LEVA CIDADANIA E JUSTIÇA ÀS COMUNIDADES DO ARAGUAIA E DO PANTANAL MATO-GROSSENSE



Cumprindo sua missão de promover assistência jurídica aos necessitados com excelência e efetivar a inclusão social, a Defensoria percorreu os mais distantes rincões de Mato Grosso nos últimos quatro anos para chegar até a população mais vulnerável, que muitas vezes mora em comunidades ribeirinhas, afastadas, e não consegue se deslocar até as cidades com mais estrutura.

Confira um resumo dos atendimentos prestados pela Defensoria Pública, entre 2019 e 2022, especialmente nas regiões do Araguaia e do Pantanal:

Foram realizados 1.560 atendimentos no Ribeirinho e 1.488 no Araguaia Cidadão em

2019, visitando 46 comunidades e percorrendo mais de 5 mil quilômetros

Em 2020, o encerramento do Ribeirinho foi antecipado para o dia 20 de março, na comunidade Lambari, por conta do aumento dos casos do novo coronavírus em Mato Grosso, no início da pandemia. Antes do término, a Defensoria prestou 1.006 atendimentos jurídicos gratuitos na 13ª edição do projeto.

O Ribeirinho Cidadão é um projeto da Defensoria Pública de Mato Grosso e do Poder Judiciário, com o apoio de diversos parceiros. A primeira edição do Ribeirinho ocorreu em 2006.

Em 2021, a 14ª edição do Ribeirinho atendeu mais de 5 mil pessoas, cerca de mil famílias ribeirinhas, em 16 comunidades, em maio, no Pantanal Mato-grossense. No total, foram doadas três toneladas de alimentos, duas toneladas de roupas, kits de higiene e limpeza, brinquedos e 105 computadores

Na 3ª Expedição Araguaia-Xingu, a Defensoria promoveu 624 atendimentos jurídicos gratuitos de 16 de novembro a 5 de dezembro.

O projeto passou por seis municípios e quatro aldeias indígenas na região do Araguaia. A secretária executiva da DPMT, Maria Luziane Ribeiro de Castro, participou pela primeira vez do projeto em São Félix do Araguaia e Cocalinho

15ª edição - Em 2022, a Defensoria realizou 842 atendimentos na edição de 15 anos do Ribeirinho Cidadão, de 25 de abril a 7 de maio.

A Defensoria foi responsável por 88% de todos os atendimentos realizados pelos órgãos de Justiça (953) na expedição - Tribunal de Justiça de Mato Grosso realizou 120 e Ministério Público Estadual fez 15.



Além da assistência jurídica gratuita, a caravana também ofereceu à população ribeirinha atendimentos médicos e oftalmológicos, fotos 3x4, doações de mudas frutíferas, atividades de conscientização ambiental, oficinas infantis, envolvendo ações dos Poderes Legislativo, Executivo e Judiciário.

O projeto visa minimizar as dificuldades das populações que vivem no Pantanal, a maior planície alagável do mundo, em terem acesso à Justiça, como em casos de divórcio, pensões alimentícias, conciliação, obtenção gratuita da segunda via de documentos, entre outros.

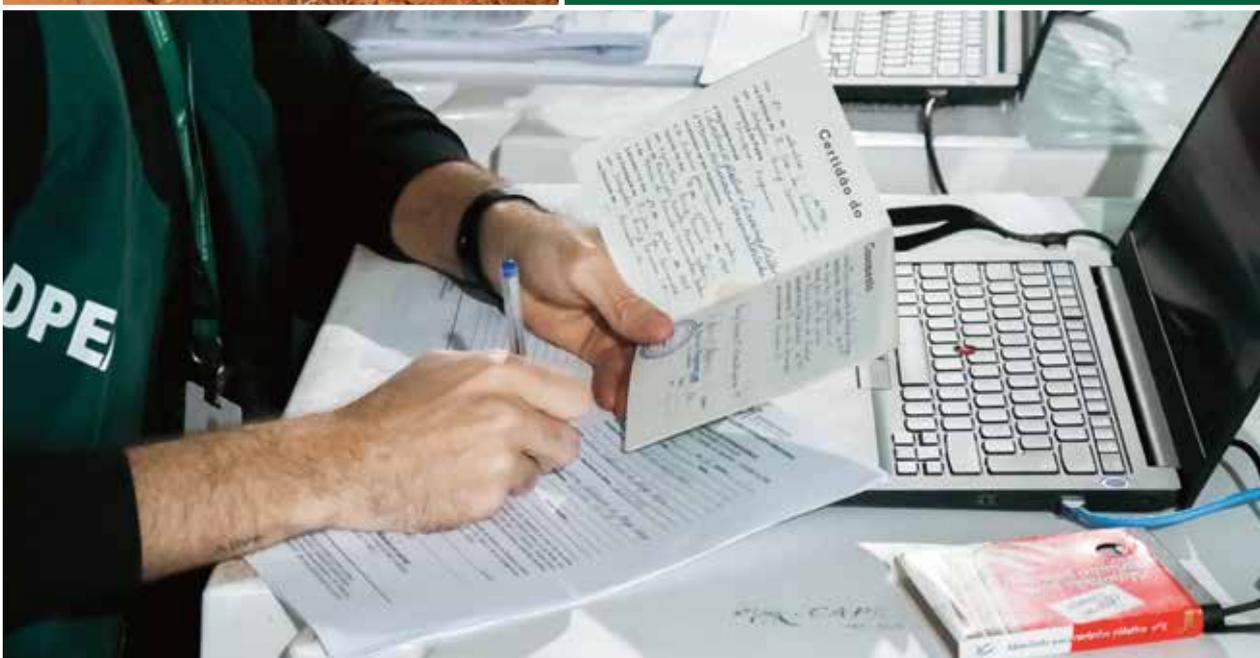
No total, contando todos os serviços, foram 12.951 atendimentos na edição deste ano do Ribeirinho, nos 13 dias de expedição, que passou por 10 comunidades nos municípios de Santo Antônio de Leverger, Juscimeira e Barão de Melgaço.







**COORDENADORIA DE
AÇÕES E INTERAÇÕES
COMUNITÁRIAS É
CRIADA COM FOCO
NOS MUTIRÕES**





Em fevereiro, por meio da Resolução 008/2022/DPG, foi criada a Coordenadoria de Ações e Interações Comunitárias (Caic), órgão administrativo de apoio à Administração Superior, subordinada diretamente à Secretaria Executiva de Administração (SEA).

Compete à Caic auxiliar a Defensoria-Geral na interação com representantes da sociedade civil, lideranças comunitárias, representantes de grupos vulneráveis, organizações não governamentais e representantes de outros segmentos representativos de grupos de pessoas que constituam clientela em potencial da Defensoria Pública, visando o recebimento de propostas e projetos de atuação conjunta ou estabelecimento de parcerias que tenham por objeto o atendimento dife-

renciado a essa população, de acordo com sua especial vulnerabilidade.

Além disso, a Caic deve elaborar o plano anual de atendimento itinerante da Defensoria, englobando a programação de mutirões de atendimento em datas especiais, projetos em parcerias com outras entidades públicas ou privadas, utilização da Van dos Direitos e outros atendimentos coletivos extraordinários que forem autorizados pela Defensoria Pública-Geral.

Coordenada pela servidora Pâmela Watanabe, a Caic já atuou na organização dos eventos do Defensoria Até Você, em 2022, e está desenvolvendo o plano anual de atendimentos itinerantes da Defensoria Pública, que deve ser implementado no próximo ano.



DEFENSORIA ATÉ VOCÊ LEVOU JUSTIÇA E CIDADANIA À POPULAÇÃO NO TERMINAL DO CPA I

A Defensoria Pública realizou 108 atendimentos no mutirão Defensoria Até Você, em maio deste ano, no Terminal de Ônibus do CPA I, em Cuiabá. O órgão ofereceu à população assistência jurídica gratuita em ações de divórcio, pensão alimentícia, declaração para obtenção da segunda via gratuita de documentos e orientação na área da saúde.

Foi realizada uma ampla divulgação do evento na imprensa no dia anterior, incluindo entrevistas do defensor público-geral, Clodoaldo Queiroz, ao vivo, em programas de TV, para chamar a população para participar e orientar sobre a importância de levar os documentos necessários, como certidão de nascimento, RG e CPF dos filhos, certidão de casamento atualizada etc.

“A avaliação é excelente. Tivemos uma procura muito grande por parte da população, que foi super receptiva. Fizemos muitas orientações jurídicas. Percebemos realmente a carência da nossa população mais desassis-

tida. Quanto mais criarmos facilitadores para que a Defensoria esteja mais próxima dessa população, muito melhor para eles”, afirmou Maria Luziane Ribeiro de Castro, secretária executiva da DPMT.

Localizado na região norte de Cuiabá, o Terminal Urbano do CPA 1 foi construído em 1995 e é responsável por mais de 15 linhas de ônibus que cruzam toda a capital. Diariamente, cerca de 30 mil pessoas passam pelo local.





DEFENSORIA OFERTOU SERVIÇOS E DIGNIDADE NO ATERRO SANITÁRIO DE CUIABÁ NO DIA NACIONAL DE LUTA DOS CATADORES DE RECICLÁVEIS



O mutirão Defensoria Até Você levou atendimento jurídico e administrativo para cerca de 400 pessoas que trabalham no Aterro Sanitário de Cuiabá, como catadoras de materiais recicláveis, em junho.

Com uma equipe de 25 servidores e defensores, a DPMT ofereceu atendimento jurídico nas áreas da família, saúde, registro civil, entre outras. O evento foi organizado em comemoração ao Dia Nacional de Luta dos Catadores de Materiais Recicláveis.

O atendimento foi viabilizado pela Defensoria Pública para levar serviços a um público extremamente carente de informações, tempo e condições materiais para saber sobre seus direitos sociais.

A defensora pública que coordena o Grupo de Atuação Estratégica em Direitos Coletivos dos Catadores de Recicláveis (Gaedic Catadores), Carolina Weitkiewic, que solicitou o evento, explica os motivos da proposta e qual

a importância do trabalho desempenhado pelos catadores, que, segundo ela, não recebem o reconhecimento social de seu trabalho, mesmo sendo responsáveis por 90% de toda a reciclagem feita hoje no Brasil.

“Eles se enxergam como pessoas que buscam o pão de cada dia, sem ter a noção da magnitude da função ambiental que exercem.

E fazer um evento com foco na justiça social e também na valorização e reconhecimento deles, nesse dia, foi a forma que encontramos de alimentar essa sensibilização”, disse.

Além da assistência jurídica, os catadores tomaram café da manhã no local, receberam cestas básicas, puderam

cortar o cabelo, tomar vacinas e medir a pressão arterial. Foram 295 atendimentos no total, somando todos os parceiros.

As cestas foram doadas pela Secretaria de Estado de Assistência Social e Cidadania (Setasc), e as vacinas, incluindo a aplicação, pela Secretaria Municipal de Saúde de Cuiabá.

A filosofia do Defensoria Até Você é ir até aqueles que não conseguem chegar ao órgão



DEFENSORIA ATÉ VOCÊ PROMOVEU MAIS DE 250 SERVIÇOS EM NOVO MUNDO



Nos dias 24 e 25 de setembro, o Defensoria Até Você levou 254 serviços à população de Novo Mundo (740 km de Cuiabá) e à Comunidade Cristalino do Norte, que fica nos limites do município.

Além da assistência jurídica da Defensoria Pública, a população também teve acesso a atendimento médico, enfermagem, dentista, aplicação de vacinas, recreação infantil, além do casamento comunitário de nove casais em Cristalino.

PRIMEIRO MUTIRÃO INDÍGENA ATENDE 842 XAVANTES EM BARRA DO GARÇAS E CAMPINÁPOLIS

A primeira edição indígena do Defensoria Até Você levou cidadania e justiça a 842 xavantes de aldeias localizadas em Barra do Garças e Campinápolis.

O mutirão itinerante da Defensoria Pública levou o atendimento de outros órgãos, como a Politec, cartórios e as Prefeituras até as aldeias de São Marcos, Palmeiras e Santa Clara, onde os indígenas puderam solicitar documentos de registro civil para garantir o acesso a direitos.

Para se ter uma ideia da importância da ação, estima-se que 55% da população de Campinápolis (565 km de Cuiabá) é indígena.

Segundo o secretário de Educação do Município, essa população vive basicamente de auxílios e assistência social. “A maior parte do dinheiro dos auxílios que os indígenas recebem fica no pagamento de frete para levar o que compram nos mercados das cidades até as aldeias. As aldeias que o projeto da Defensoria atendeu são distantes da cidade. A de Palmeiras fica a 70 km e a de Santa Clara, 25 km”, explicou.

A realidade dos povos originários vivida em Campinápolis não difere da encontrada nas aldeias de Barra do Garças, onde os xavantes têm que percorrer até 120 km para chegar à cidade.

Diante do que foi identificado in loco, o defensor-geral, Clodoaldo Queiroz, afirma que fará relatórios diagnosticando os problemas e sugerindo soluções, que serão encaminhados aos órgãos e entidades competentes.

“Atendemos, nos dois municípios, o dobro da nossa previsão inicial e, além dos atendimentos, identificamos problemas mais complexos que afetam a população dessas regiões. Agora, vamos tomar as medidas necessárias, junto a outras instituições, para preservar os direitos dessa população. Essa foi a primeira edição indígena do Defensoria Até Você e outras serão realizadas em breve, pois no primeiro, confirmamos que eles são carentes dos mais básicos serviços de cidadania”, destacou Queiroz.





**DEFENSORIA PÚBLICA
DO ESTADO DE MATO GROSSO**

**RELATÓRIO
DE GESTÃO**

2019-2022

DEFENSORIA FORTE, MODERNA E EFICIENTE